Delegado SIMULino

Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV

Código	PCPR-DL-0607-BC2C
Questões	100
Tempo sugerido	300 minutos
Dificuldade	Nível Delegado (N3 + N4)
Alternativas por questão	5

Composição

Disciplina	Questões	Numeração
Direito Penal	20	01 a 20
Direito Processual Penal	20	21 a 40
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	20	41 a 60
Direito Constitucional	10	61 a 70
Direito Administrativo e Gestão Pública	10	71 a 80
Legislação Estadual e Institucional	10	81 a 90
Direitos Humanos	5	91 a 95
Ciências Forenses	5	96 a 100

Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

Direito Penal

Questão 01

Diego cumpre pena de 6 anos de reclusão em regime aberto. Durante o cumprimento, foi preso em flagrante pela prática de fato definido como crime doloso, e o processo relativo a esse novo fato ainda não foi sentenciado. Comunicado o ocorrido ao juízo da execução, foi designada audiência de justificação, na qual Diego foi ouvido na presença de seu defensor e do Ministério Público, sem que tivesse sido instaurado procedimento administrativo disciplinar. Ao final, o juiz reconheceu a falta grave e determinou a regressão de Diego diretamente ao regime fechado.

Considerando a Lei de Execução Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. O reconhecimento da falta grave decorrente da prática de fato definido como crime doloso no curso da execução prescinde do trânsito em julgado de sentença condenatória no processo relativo a esse fato.

II. A oitiva do condenado pelo juízo da execução, em audiência de justificação realizada na presença do defensor e do Ministério Público, afasta a necessidade de prévio procedimento administrativo disciplinar.

III. Como Diego estava no regime aberto, a regressão só poderia levá-lo ao regime imediatamente mais rigoroso, sendo vedada a transferência direta ao regime fechado.

IV. A falta grave reconhecida interrompe o prazo para a obtenção do livramento condicional, que recomeça a ser contado da data da infração.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 02

Caio e João se encaminhavam ao interior do Estado do Rio de Janeiro quando foram parados em uma blitz da Polícia Rodoviária Federal. Registre-se que João, que não conduzia o veículo automotor, estava, de forma culposa, completamente embriagado. Nesse contexto, quando o agente da lei exigiu a apresentação dos seus documentos, João desferiu um soco no rosto dele, sendo rapidamente imobilizado. Observadas as formalidades constitucionais e legais, João foi encaminhado à audiência de custódia, tendo narrado ao seu advogado que os fatos se deram em razão do cenário de embriaguez completa de natureza culposa, proveniente de álcool. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João

(A) poderá responder criminalmente pela conduta perpetrada, com a incidência de uma causa de aumento de pena, em razão da embriaguez completa.

(B) poderá responder criminalmente pela conduta perpetrada, com a incidência de uma causa de diminuição de pena, em razão da embriaguez completa.

(C) não responderá por qualquer crime, já que a conduta por ele praticada se deu em situação de embriaguez completa.

(D) é isento de pena, já que a conduta por ele praticada se deu em situação de embriaguez completa.

(E) poderá responder criminalmente pela conduta praticada.

Questão 03

Ao revisar inquéritos e processos em andamento, um delegado de polícia e um promotor de justiça discutiram a disciplina da prescrição da pretensão punitiva.

Considerando o Código Penal, com as alterações da Lei nº 13.964/2019, e a jurisprudência do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. Não se admite a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com base em pena hipotética, ainda que as circunstâncias do caso indiquem que eventual condenação ficaria próxima do mínimo legal.

II. Enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal celebrado com o investigado, a prescrição não corre.

III. A prescrição não corre na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos tribunais superiores, quando inadmissíveis.

IV. O oferecimento da denúncia interrompe o curso da prescrição, ainda que a peça acusatória somente venha a ser recebida meses depois.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I, II e III, apenas.
(C) I, II e IV, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Questão 04

Caio, policial civil, vai à residência de sua sogra, que enviuvou recentemente. Após conversar com ela, percebe que está muito triste com a perda do marido, chegando a falar em suicídio, o que desperta cobiça em Caio, já que sua mulher, por ser filha única, herdará todos os bens em caso de falecimento de sua mãe. Ao sair da residência, Caio deixa, deliberadamente, a bolsa capanga com sua arma sobre a mesa, na expectativa de que a sogra a utilize para se matar. No caminho de casa, para criar um álibi, ele telefona para a mulher e, durante a conversa, diz que esqueceu a arma na casa da sogra e que voltará imediatamente para lá, pois está preocupado que ela possa fazer uma besteira. Chegando ao local, depois de tocar repetidamente a campainha, sem resposta, Caio arromba a porta e, assim que ingressa no imóvel, avista a sogra já morta, com marca de tiro na cabeça e sua arma próxima ao corpo, tendo ela efetivamente se matado com a arma ali deixada por ele. Diante do caso narrado, Caio, em relação à morte da sogra:

(A) cometeu o crime de homicídio doloso;
(B) cometeu o crime de homicídio culposo;
(C) cometeu o crime de omissão de cautela;
(D) cometeu o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação;
(E) cometeu os crimes de omissão de cautela e de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação.

Questão 05

Mário, líder de uma organização criminosa que atua em todo o Estado de Minas Gerais, cumpre pena, em definitivo, pela prática de diversos delitos, cujas sanções somadas totalizam 92 anos de reclusão. Sendo assim, o apenado, em conversa com seu advogado, buscou informações sobre os limites das penas no Brasil, recebendo a adequada consultoria jurídica. Registre-se que todas as condenações, transitadas em julgado, são frutos de condutas praticadas nos anos de 2021 e 2022. De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código Penal, analise as afirmativas a seguir. I. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 anos. II. Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade, cuja soma seja superior a 40 anos, elas devem ser unificadas para atender ao limite máximo disposto em lei. III. Sobrevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, desprezando-se, para esse fim, o período de pena já cumprido. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

Questão 06

Por volta das 20h, Gilberto caminhava por rua bem iluminada quando Fábio, um desconhecido, aproximou-se a passos rápidos, já segurando o telefone celular na mão, para lhe pedir informações sobre um endereço. Gilberto, que portava arma de fogo com autorização legal e estava impressionado com notícias de assaltos no bairro, supôs precipitadamente que o objeto fosse uma arma e, acreditando estar prestes a ser roubado, efetuou um disparo que atingiu a perna de Fábio, causando-lhe lesão corporal de natureza leve. Testemunhas e imagens de câmeras confirmaram que o celular era plenamente visível e que um observador prudente, nas mesmas condições, não teria se equivocado.

Considerando o tratamento das descriminantes putativas no Código Penal, é correto afirmar que Gilberto

(A) responderá por lesão corporal culposa, pois o erro evitável sobre os pressupostos fáticos da legítima defesa afasta o dolo.
(B) responderá por lesão corporal dolosa com pena diminuída de um sexto a um terço, por se tratar de erro de proibição evitável.

(C) não responderá por crime, pois a legítima defesa putativa, assim como a real, exclui a ilicitude da conduta.

(D) será isento de pena, pois a descriminante putativa por erro sobre a situação de fato sempre afasta a culpabilidade.

(E) responderá por lesão corporal dolosa sem redução, pois o erro inescusável sobre a situação de fato não produz efeito.

Questão 07

Rogério, servidor público estadual, foi denunciado pela prática de corrupção passiva (art. 317 do Código Penal, cuja pena máxima é de 12 anos de reclusão). Na denúncia, o Ministério Público requereu expressamente a perda dos bens correspondentes à diferença entre o patrimônio do acusado e aquele compatível com seu rendimento lícito, indicando o valor apurado com base em relatório de inteligência financeira. Ao final da instrução, Rogério foi condenado a 3 anos de reclusão, e a sentença nada dispôs sobre a perda do cargo público. Em sua defesa quanto ao pedido patrimonial, Rogério sustenta que parte dos bens questionados foi recebida por herança.

Considerando as disposições do Código Penal sobre os efeitos da condenação, é correto afirmar que

(A) a perda do cargo é efeito automático da condenação a pena igual ou superior a um ano por crime praticado com violação de dever para com a Administração.

(B) a perda alargada é incabível, pois exige condenação a pena concretamente aplicada superior a seis anos de reclusão.

(C) a perda alargada poderia ter sido decretada pelo juiz de ofício, sendo dispensável o requerimento formulado na denúncia.

(D) a perda do cargo é incabível, pois, nos crimes praticados com violação de dever para com a Administração, exige-se pena superior a quatro anos.

(E) a perda do cargo, embora cabível, dependia de declaração motivada na sentença, e Rogério pode demonstrar a origem lícita do patrimônio.

Questão 08

Sílvia, servidora de uma autarquia estadual, trabalha no guichê de recebimento de taxas de licenciamento. Certo dia, um contribuinte, por engano próprio e sem qualquer intervenção de Sílvia, pagou em espécie, duas vezes, a mesma taxa. Percebendo o equívoco no momento do segundo pagamento, Sílvia nada disse, deixou de registrar o valor no sistema e o guardou para si. O fato só foi descoberto meses depois, em auditoria interna, que confirmou que a servidora não havia empregado nenhum artifício para provocar o pagamento em duplicidade.

Considerando o Código Penal, é correto afirmar que Sílvia praticou

(A) peculato-apropriação, pois se apropriou de dinheiro de que tinha a posse em razão do cargo, ainda que recebido por erro alheio.

(B) peculato mediante erro de outrem, pois se apropriou de dinheiro que recebeu, no exercício do cargo, por erro espontâneo do contribuinte.

(C) estelionato, pois obteve vantagem ilícita em prejuízo alheio ao manter o contribuinte em erro durante o pagamento.

(D) apropriação de coisa havida por erro, crime comum, pois a condição de servidora é irrelevante para a tipicidade.

(E) corrupção passiva, pois recebeu, em razão da função pública, vantagem indevida paga pelo contribuinte.

Questão 09

Maria, agindo com dolo, deu causa à abertura de inquérito policial em detrimento de João, seu marido, imputando-lhe a prática da contravenção penal de vias de fato no contexto da Lei Maria da Penha, muito embora soubesse ser o agente inocente. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Maria

(A) não responderá por qualquer delito, ante a atipicidade material da conduta perpetrada, já que imputou ao seu marido a prática de contravenção penal, e não de crime.

(B) responderá pelo crime de comunicação falsa de contravenção penal, na modalidade qualificada, sem a incidência de causas de aumento ou de diminuição de pena.

(C) responderá pelo crime de denunciação caluniosa, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de diminuição de pena.

(D) responderá pelo crime de denunciação caluniosa, na modalidade qualificada, com a incidência de uma causa de diminuição de pena.

(E) não responderá por qualquer delito, já que imputou ao seu marido a prática de contravenção penal, e não de crime.

Questão 10

Jair, decidido a matar Lauro, aguardou-o na saída de um bar e, ao vê-lo de pé, diante de Mirela, efetuou um único disparo de arma de fogo contra Lauro, consciente de que, pela posição dos dois, o projétil muito provavelmente o atravessaria e atingiria também Mirela, resultado que lhe era indiferente. O projétil atingiu os dois, e ambos morreram.

Em outra ocasião, Heitor, querendo matar Saulo, efetuou contra ele um único disparo, que o matou. Por imprudência no manejo da arma, o mesmo projétil, depois de atravessar o corpo de Saulo, atingiu Telma, que passava ao longe e que Heitor não havia percebido, causando-lhe lesão corporal leve.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que

(A) Jair responde em concurso formal próprio, com exasperação da pena, porque o dolo eventual quanto a Mirela afasta a autonomia de desígnios.

(B) Jair e Heitor respondem em concurso material, com soma das penas, pois cada resultado decorreu de conduta dolosa ou culposa autônoma.

(C) Jair responde em concurso formal impróprio, e Heitor, apenas pelo homicídio, pois o resultado culposo do erro na execução é absorvido.

(D) Jair responde em concurso formal impróprio, com soma das penas, e Heitor, em formal próprio, com aumento de um sexto até metade, ainda que supere a soma.

(E) Jair responde em concurso formal impróprio, com soma das penas, e Heitor, em formal próprio, com exasperação que não pode superar a soma das penas.

Questão 11

Em curso de formação de policiais civis, foram apresentadas situações envolvendo causas de exclusão da ilicitude e seus limites.

Considerando o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei nº 13.060/2014, analise as afirmativas a seguir.

I. O policial que, sem risco imediato de morte ou de lesão para si ou para terceiros, efetua disparo de arma de fogo contra pessoa desarmada em fuga não age em estrito cumprimento do dever legal.

II. O policial que, ao cumprir mandado de prisão, emprega contra o preso que resiste a força indispensável para vencer a resistência age em estrito cumprimento do dever legal, mas responde pelo excesso, doloso ou culposo, se o houver.

III. O médico que realiza cirurgia sem o consentimento de paciente inconsciente, para afastar iminente perigo de vida, pratica constrangimento ilegal, cuja ilicitude somente é afastada se houver prévia autorização judicial.

IV. O proprietário que instala, de forma visível e proporcional, ofendículo que vem a lesionar invasor de seu imóvel pratica fato típico e ilícito, ficando afastada apenas a culpabilidade.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

Questão 12

Em uma delegacia especializada, foram analisados os seguintes fatos, todos ocorridos em 2025, para fins de tipificação e de definição da natureza da ação penal.

I. Vítor manteve conjunção carnal com Laura, de 25 anos, que estava completamente embriagada e inconsciente, sem condições de oferecer resistência. Vítor praticou estupro de vulnerável, crime de ação penal pública incondicionada.

II. Ângelo, com o propósito de satisfazer a própria lascívia, tocou de forma breve e superficial as partes íntimas de uma criança de 12 anos. Diante da ligeireza do ato, admite-se a desclassificação para o crime de importunação sexual.

III. Mário, sem empregar violência ou grave ameaça, manteve conjunção carnal com Tânia, de 30 anos, que, em razão de deficiência mental atestada em laudo, não tem o necessário discernimento para a prática do ato. Mário praticou estupro de vulnerável.

IV. Nos fatos envolvendo vítima em situação de vulnerabilidade temporária, como a de Laura, a ação penal é pública condicionada à representação.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência do STJ, está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 13

Após investigação sobre um grupo em rede social que estimulava desafios de automutilação entre adolescentes, o delegado de polícia passou a analisar o enquadramento jurídico das condutas dos administradores do grupo.

Considerando o art. 122 do Código Penal, com a redação da Lei nº 13.968/2019, e a Lei nº 8.072/1990, analise as afirmativas a seguir.

I. O crime se consuma com o induzimento, a instigação ou o auxílio, ainda que a vítima não chegue a praticar a automutilação ou a tentar o suicídio.

II. Se a vítima, com 13 anos de idade, morre em consequência da conduta, o agente responde pelo crime de homicídio.

III. A pena é aumentada até o dobro se o agente é líder, coordenador ou administrador do grupo ou da rede virtual por meio da qual a conduta é praticada.

IV. O induzimento, a instigação ou o auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio de rede social integram o rol de crimes hediondos.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 14

Em uma comarca, tramitam duas ações penais de iniciativa privada: uma ação penal privada exclusiva, por crime contra a honra, e uma ação penal privada subsidiária da pública, ajuizada diante da inércia do Ministério Público. Em ambas, surgiram questões relativas à perempção.

Considerando o Código Penal e o Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Na ação penal privada exclusiva, se o querelante deixa de formular o pedido de condenação nas alegações finais, considera-se perempta a ação, o que extingue a punibilidade do querelado.

II. Na ação penal privada subsidiária da pública, a negligência do querelante não extingue a punibilidade, pois o Ministério Público pode retomar a ação como parte principal.

III. Falecendo o querelante, a ação penal privada exclusiva poderá prosseguir se, no prazo de 90 dias, comparecer em juízo o cônjuge, o ascendente, o descendente ou o irmão.

IV. A perempção também extingue a punibilidade na ação penal pública condicionada à representação, quando a vítima, intimada, deixa de comparecer injustificadamente a ato do processo.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, II e III, apenas.

Questão 15

Ingrid prestou declaração falsa às autoridades tributárias, ensejando uma redução efetiva do ICMS devido à Fazenda Estadual na competência de janeiro de 2008. Realizada a fiscalização tributária, a diferença de tributo devido foi lançada definitivamente em fevereiro de 2011, quando foi apresentada a representação fiscal para fins penais. Ingrid foi denunciada, e a denúncia foi recebida em março de 2016. A sentença, prolatada em setembro de 2019, foi mantida por acórdão datado de janeiro de 2022, condenando Ingrid a uma pena de dois anos de reclusão, rejeitando-se os recursos interpostos por acusação e defesa. Apenas Ingrid interpôs tempestivo recurso especial, rejeitado em 2024. Sabendo-se que Ingrid é reincidente e que a pena cominada ao delito imputado é de dois a cinco anos, é correto afirmar, a respeito da prescrição, que:

(A) tendo em vista a data do fato e a ultratividade da lei penal benéfica, ocorreu a prescrição da pretensão punitiva pela pena concretamente aplicada, entre a data do fato e o recebimento da denúncia;

(B) de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, conta-se a prescrição da pretensão executória desde o trânsito em julgado para a acusação, o que ainda não ocorreu;

(C) ocorreu a prescrição da pretensão punitiva pela pena abstratamente cominada ao delito entre a data do fato e o recebimento da denúncia;

(D) o desprovimento do recurso especial faz retroagir a data do trânsito em julgado ao escoamento do prazo recursal após o julgamento da apelação;

(E) a publicação do acórdão que meramente confirma a sentença condenatória é causa interruptiva da prescrição, cujo prazo não se altera pela reincidência da condenada.

Questão 16

Em reunião de trabalho, um delegado de polícia lembrou à equipe os vetores fixados pelo STF para o reconhecimento do princípio da insignificância — mínima ofensividade da conduta, nenhuma periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada — e passou a examinar hipóteses de aplicação do princípio.

Considerando a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. Em regra, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

II. No crime de descaminho, a insignificância incide quando o valor dos tributos iludidos não ultrapassa R$ 20.000,00, parâmetro extraído da legislação fiscal federal.

III. A reincidência do agente impede, de forma absoluta, o reconhecimento da insignificância, por evidenciar elevado grau de reprovabilidade do comportamento.

IV. Admite-se a aplicação da insignificância às infrações penais praticadas contra a mulher no âmbito das relações domésticas, quando a lesão causada for de pequena monta.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 17

Rafael, com dolo unitário, decidiu subtrair mercadorias de alto valor de um shopping center. Para tanto, em determinado dia, praticou as seguintes condutas: (i) mediante uma única ação, acionou o sistema de incêndio do prédio, provocando pânico e tumulto, o que resultou em lesões corporais leves em dois funcionários; (ii) logo em seguida, valendo-se da confusão, ingressou em três lojas distintas dentro do shopping center e subtraiu bens de cada uma delas, em momentos sucessivos, com idêntico modo de agir e no mesmo contexto fático; (iii) durante a fuga, em ação dolosa única, destruiu um veículo de terceiro que estava no estacionamento e, simultaneamente, danificou o portão do shopping center. O Ministério Público ofereceu denúncia imputando a Rafael os crimes correspondentes a cada resultado. Diante de tal situação hipotética, é correto afirmar que houve:

(A) concurso material quanto às lesões corporais, concurso formal quanto aos furtos e continuidade delitiva quanto aos crimes de dano;

(B) concurso formal quanto às lesões corporais, concurso material quanto aos furtos e continuidade delitiva quanto aos crimes de dano;

(C) concurso formal quanto às lesões corporais, continuidade delitiva quanto aos furtos e concurso formal quanto aos crimes de dano;

(D) continuidade delitiva quanto às lesões corporais, concurso material quanto aos furtos e concurso material quanto aos crimes de dano;

(E) concurso material quanto às lesões corporais, continuidade delitiva quanto aos furtos e concurso formal impróprio quanto aos crimes de dano.

Questão 18

Ao organizar o acervo de uma vara criminal, um assessor jurídico registrou as conclusões a seguir sobre causas de extinção da punibilidade.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. A extinção da punibilidade do crime que é pressuposto de outro não se estende a este; assim, a prescrição do furto antecedente não impede a punição da receptação da coisa furtada.

II. A decisão que declara extinta a punibilidade com base em certidão de óbito falsa pode ser revogada, mesmo após o trânsito em julgado, sem ofensa à coisa julgada.

III. A sentença que concede o perdão judicial tem natureza condenatória, e a condenação nela contida subsiste para efeito de reincidência.

IV. A prescrição da pena de multa ocorre em dois anos quando ela é a única cominada ou aplicada.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) I, III e IV, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 19

Omar é administrador e gestor da folha de pagamento dos servidores públicos do Município Alfa . Ele descontou dos contracheques dos servidores os valores relativos a empréstimos que foram consignados regularmente pelos servidores junto a instituições financeiras. Omar, no entanto, não repassou os valores para as instituições, transferindo-os para a conta-corrente de Paulina, sua namorada e estudante universitária, que ajustara com ele toda a dinâmica dos fatos. Diante do caso apresentado, à luz do Código Penal, assinale a afirmativa correta.

(A) Omar e Paulina cometeram crime de peculato próprio.

(B) Omar e Paulina cometeram crime de peculato impróprio.

(C) Omar cometeu crime de peculato próprio e Paulina, crime de receptação.

(D) Omar cometeu crime de estelionato e Paulina, crime de receptação.

(E) Omar cometeu crime de peculato impróprio e Paulina, crime de receptação.

Questão 20

Amâncio, com o propósito de manter relações sexuais com Denise, adolescente de 13 anos, convence-a a ir até a sua casa. No local, ele despe Denise, acaricia e morde os seus seios. Antes que se iniciasse a conjunção carnal, a mãe de Denise chega inesperadamente e interrompe o ato. O laudo de exame de corpo de delito, realizado no mesmo dia, constata lesões corporais leves, consistentes em duas mordidas, e registra que a jovem não é virgem, inexistindo sinais de desvirginamento recente. Considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) O eventual consentimento da vítima e a sua experiência sexual anterior influenciam a tipificação penal do fato.

(B) Amâncio praticou estupro de vulnerável tentado, com incidência de causa de aumento de pena, relativa à lesão corporal.

(C) Amâncio praticou estupro de vulnerável consumado, em concurso com o crime de lesão corporal.

(D) Amâncio praticou estupro de vulnerável consumado, que absorve o crime de lesão corporal.

(E) Amâncio praticou importunação sexual, em concurso com o crime de lesão corporal.

Direito Processual Penal

Questão 21

Na instrução de processo pelo crime de roubo, que segue o procedimento comum ordinário, ocorreram os seguintes fatos: (i) Clara, mãe do réu, arrolada pela acusação, declarou que não desejava depor, embora três testemunhas presenciais já tivessem sido ouvidas sobre todas as circunstâncias do fato; (ii) Paulo, psicólogo que atendia o réu, arrolado pela defesa, foi desobrigado pelo próprio réu do dever de sigilo e declarou que desejava depor; (iii) Lia, de 13 anos, filha da vítima, foi arrolada como testemunha; (iv) o juiz formulou todas as perguntas às testemunhas antes de passar a palavra às partes, sem que a defesa, que nada arguiu na audiência, demonstrasse qualquer prejuízo.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que

(A) Clara pode se recusar a depor, Paulo pode ser ouvido, Lia não presta compromisso, e a ordem adotada pelo juiz não anula, por si só, a prova.

(B) Clara está obrigada a depor, Paulo pode ser ouvido, Lia não presta compromisso, e a ordem adotada pelo juiz não anula, por si só, a prova.

(C) Clara pode se recusar a depor, Paulo está proibido de depor mesmo desobrigado, Lia não presta compromisso, e a ordem adotada não anula a prova.

(D) Clara pode se recusar a depor, Paulo pode ser ouvido, Lia presta compromisso por ter mais de 12 anos, e a ordem adotada não anula a prova.

(E) Clara pode se recusar a depor, Paulo pode ser ouvido, Lia não presta compromisso, mas a ordem adotada pelo juiz gera nulidade absoluta da prova.

Questão 22

Em inquérito policial que apura uma série de crimes praticados por um mesmo grupo, o delegado de polícia precisa indicar, no relatório final, a provável competência para o processo e julgamento dos fatos, alguns dos quais interligados entre si.

Sobre a competência no processo penal, considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência sumulada do STJ, assinale a afirmativa correta.

(A) Havendo conexão entre crime de competência federal e crime de competência estadual, o processo e o julgamento unificados competem à Justiça Federal.

(B) A conexão impõe a reunião dos processos ainda que um deles já tenha sido julgado, para evitar decisões conflitantes sobre os mesmos fatos.

(C) No concurso entre a jurisdição comum e a militar, prevalece a comum, que julgará também o crime militar conexo, por força da conexão.

(D) No concurso de jurisdições da mesma categoria, prevalece a do lugar onde ocorreu o maior número de infrações, ainda que de menor gravidade.

(E) Compete à Justiça estadual processar crime praticado contra servidor público federal, ainda que relacionado ao exercício de sua função.

Questão 23

Em processo pelo crime de tentativa de homicídio, Bianca, a vítima, habilitou-se como assistente de acusação. Ao final da primeira fase do procedimento do júri, o juiz impronunciou o réu, e o Ministério Público, intimado, não recorreu.

Em outro processo, pelo crime de roubo, Caetano, vítima que não se habilitou como assistente, tomou conhecimento de sentença absolutória contra a qual o Ministério Público também deixou transcorrer o prazo sem apelar.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência sumulada do STF, é correto afirmar que

(A) Bianca pode interpor recurso em sentido estrito contra a impronúncia, e Caetano pode apelar em 15 dias, contados do término do prazo do Ministério Público.

(B) Bianca pode apelar da impronúncia, e Caetano pode apelar em 5 dias, contados da intimação da sentença absolutória.

(C) Bianca pode apelar da impronúncia, mas Caetano não pode recorrer, pois a legitimidade recursal supletiva é restrita ao assistente habilitado.

(D) Bianca pode apelar da impronúncia, e Caetano pode apelar em 15 dias, contados do término do prazo do Ministério Público.

(E) Nenhum dos dois pode recorrer, pois a legitimidade recursal do ofendido depende de recurso anterior do Ministério Público.

Questão 24

Concluídas investigações de inquérito policial, a autoridade policial indiciou Francisco, sem envolvimento anterior com o aparato policial ou judicial pela prática de crimes, como incurso nas sanções penais do delito de lesão corporal de natureza gravíssim a (Art. 129, §2º, CP – pena: reclusão de 2 a 8 anos). Tendo Francisco confessado formal e circunstancialmente a prática da infração penal na delegacia, o acordo de não persecução penal, no caso em tela:

(A) poderá ser proposto pelo delegado, considerando a confissão e a pena mínima cominada ao delito;

(B) não poderá ser proposto, diante da natureza do delito imputado;

(C) não poderá ser proposto , pois a pena máxima cominada é superior a quatro anos;

(D) poderá ser proposto pelo órgão ministerial, mas não pelo delegado, considerando a pena cominada e a confissão em sede policial;

(E) poderá ser proposto pelo órgão ministerial, mas não pelo delegado, e, havendo concordância do indiciado e de sua defesa técnica, independerá de homologação judicial.

Questão 25

Lúcio, advogado, recebeu de um cliente, em razão da profissão, valores que deveriam ser repassados a terceiro e deles se apropriou, praticando apropriação indébita majorada (art. 168, § 1º, III, do Código Penal, com pena de 1 a 4 anos de reclusão, aumentada de um terço). Primário e sem antecedentes, Lúcio confessou formal e circunstanciadamente o crime perante o delegado de polícia. Verificou-se, porém, que, três anos antes do fato, ele havia sido beneficiado com transação penal em outro processo. Concluído o inquérito, a defesa pediu ao próprio delegado que propusesse acordo de não persecução penal.

Considerando o art. 28-A do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) o acordo poderia ser proposto pelo delegado, pois a confissão foi prestada perante a autoridade policial e a pena mínima é inferior a quatro anos.

(B) o acordo é cabível, pois, considerada a causa de aumento, a pena mínima fica abaixo de quatro anos, e o crime não envolve violência.

(C) o acordo é incabível, pois Lúcio foi beneficiado com transação penal nos cinco anos anteriores ao cometimento da infração.

(D) o acordo é incabível, pois, com a causa de aumento, a pena máxima ultrapassa quatro anos, o que afasta o benefício.

(E) o acordo é cabível, pois a vedação por benefício anterior alcança apenas quem já celebrou outro acordo de não persecução.

Questão 26

Ao representar por medidas cautelares pessoais contra investigado por crimes patrimoniais, o delegado de polícia expôs na peça as regras gerais que orientam a decretação, a substituição e a revogação dessas medidas.

Sobre as medidas cautelares pessoais disciplinadas no art. 282 do CPP, com a redação da Lei nº 13.964/2019, e a jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

(A) No curso da ação penal, o juiz pode decretar de ofício cautelares diversas da prisão, vedada a decretação de ofício apenas na fase de investigação.

(B) A prisão preventiva pode ser decretada como primeira medida, ainda que cabível sua substituição por outra cautelar, se presentes os requisitos legais.

(C) Descumprida a medida cautelar imposta, o juiz decretará automaticamente a prisão preventiva, sem examinar a substituição ou a cumulação de medidas.

(D) O juiz somente pode revogar a medida cautelar mediante requerimento das partes, sendo-lhe vedado fazê-lo de ofício, em respeito ao sistema acusatório.

(E) Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia, o juiz, ao receber o pedido de cautelar, intimará a parte contrária para se manifestar em cinco dias.

Questão 27

No curso de inquérito policial que apura homicídio ocorrido durante ocorrência policial, o delegado de polícia planeja as diligências a realizar.

Considerando o Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. O delegado pode proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que ela não contrarie a moralidade ou a ordem pública, mas o investigado não é obrigado a dela participar.

II. O ofendido pode requerer diligências ao delegado, que as realizará ou não, a seu juízo.

III. Ao ouvir o investigado, o delegado deve colher informações sobre a existência de filhos, suas idades, se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados deles.

IV. Se o investigado for servidor das forças de segurança e os fatos se relacionarem ao uso de força letal no exercício da função, ele será citado para constituir defensor em 48 horas; não o fazendo, o próprio delegado nomeará defensor dativo para acompanhar a investigação.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III, apenas.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) I, III e IV, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 28

Cássio foi denunciado pela prática de receptação. O oficial de justiça compareceu três vezes ao endereço residencial dele, em dias e horários diferentes, e, diante de indícios concretos de que Cássio se ocultava para não ser citado, pois vizinhos o viram entrar no imóvel minutos antes de cada diligência, realizou a citação com hora certa, observando as formalidades da lei processual civil. Decorrido o prazo legal, Cássio não apresentou resposta à acusação nem constituiu advogado.

Diante dessa situação, nos termos do Código de Processo Penal e da jurisprudência do STF, o juiz deverá

(A) decretar a revelia e julgar o processo no estado em que se encontra, dispensada a resposta.

(B) determinar a citação por edital, por se tratar de réu que não foi encontrado pessoalmente.

(C) suspender o processo e o curso do prazo prescricional, como ocorre com o réu citado por edital.

(D) nomear defensor dativo para apresentar a resposta à acusação, prosseguindo o processo normalmente.

(E) declarar nula a citação, pois a citação com hora certa é incompatível com o processo penal.

Questão 29

No curso de inquérito policial que apura crime de corrupção passiva, o delegado de polícia apurou que Renato, investigado, adquiriu um imóvel com valores recebidos ilicitamente e, dias depois, o transferiu a seu irmão. Já existem indícios veementes da proveniência ilícita do bem, embora a autoria ainda dependa de diligências complementares. Pretendendo assegurar o futuro perdimento do imóvel, o delegado avalia a medida assecuratória adequada.

Nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o delegado

(A) deve representar pela especialização da hipoteca legal, que recai sobre imóveis do investigado para a reparação do dano.

(B) não pode representar pela medida, pois o sequestro só pode ser decretado a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.

(C) pode representar pelo sequestro, mas a medida exige certeza da infração e indícios suficientes de autoria, ainda não reunidos.

(D) pode representar pelo sequestro do imóvel, ainda que já transferido a terceiro, bastando indícios veementes da proveniência ilícita.

(E) deve representar pelo arresto do imóvel, medida destinada aos bens adquiridos com os proventos da infração.

Questão 30

Em processo criminal com diversos incidentes, a defesa e a acusação passaram a discutir a natureza e as consequências de vícios ocorridos ao longo do procedimento.

Considerando a disciplina das nulidades no processo penal e a jurisprudência sumulada do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) A deficiência da defesa constitui nulidade absoluta, que dispensa a demonstração de prejuízo para o réu.

(B) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

(C) O tribunal pode reconhecer contra o réu nulidade não arguida no recurso da acusação, por ser matéria de ordem pública.

(D) O desaforamento pode ser decidido sem audiência da defesa quando requerido pelo Ministério Público por dúvida sobre a imparcialidade do júri.

(E) A falta de defesa constitui nulidade relativa, que fica sanada se não for arguida na primeira oportunidade.

Questão 31

Félix foi surpreendido por policiais civis logo após praticar infração de menor potencial ofensivo. Conduzido à delegacia, foi lavrado termo circunstanciado, e ele assumiu o compromisso de comparecer ao juizado especial criminal, sendo liberado em seguida. Na audiência preliminar, não houve composição dos danos civis, e Félix recusou a proposta de transação penal, razão pela qual o Ministério Público ofereceu denúncia oral. Pouco depois, Félix mudou-se sem informar o novo endereço, e o oficial de justiça não o encontrou para a citação pessoal.

Considerando a Lei nº 9.099/1995 e o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) Félix deveria ter sido autuado em flagrante e só poderia ter sido liberado mediante fiança, já que a infração praticada não é contravenção.

(B) frustrada a citação pessoal, deve ser feita a citação por edital no próprio juizado, suspendendo-se o processo se Félix não comparecer.

(C) frustrada a citação pessoal, os autos devem ser encaminhados ao juízo comum, que observará o procedimento ordinário previsto no CPP.

(D) frustrada a citação pessoal, os autos devem ser encaminhados ao juízo comum, que observará o procedimento sumário previsto no CPP.

(E) frustrada a citação pessoal, cabe ao Ministério Público requerer a condução coercitiva de Félix, mantendo-se o processo no juizado.

Questão 32

Policiais civis prenderam Ulisses em flagrante pela prática de tráfico de drogas e apreenderam seu telefone celular, que estava desbloqueado. Ainda na viatura, um dos policiais, sem consentimento de Ulisses e sem ordem judicial, abriu o aplicativo de mensagens, leu as conversas e fotografou diálogos sobre a venda de drogas. Na delegacia, o delegado de polícia, ao tomar conhecimento do ocorrido, determinou que o aparelho fosse lacrado, adotou medidas técnicas para preservar os dados e metadados e representou ao juízo pela autorização de acesso ao conteúdo.

Considerando a tese fixada pelo STF no Tema 977 da repercussão geral, é correto afirmar que

(A) a apreensão do aparelho exigia ordem judicial prévia, de modo que toda a prova dele decorrente é ilícita, inclusive a obtida após eventual autorização.

(B) o acesso feito na viatura é lícito, porque o aparelho estava desbloqueado e a situação de flagrante dispensa autorização para ler as mensagens.

(C) o acesso aos dados depende de autorização do delegado de polícia, que pode convalidar a leitura feita pelos policiais ainda na viatura.

(D) a leitura das conversas equipara-se à interceptação telefônica e, por isso, só seria admissível em crime punido com reclusão e com ordem judicial.

(E) a apreensão do aparelho foi lícita, mas o acesso feito na viatura é ilícito, e o delegado agiu corretamente ao preservar os dados e representar pelo acesso.

Questão 33

Após diversas tentativas frustradas de localizar o réu Otaviano, denunciado por estelionato, o juiz determinou sua citação por edital, e passaram a ser discutidos os efeitos do não comparecimento do acusado.

Sobre a citação por edital no processo penal e seus efeitos, considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência sumulada do STF e do STJ, assinale a afirmativa correta.

(A) Se o acusado citado por edital não comparecer, mas constituir advogado, o processo e o curso do

prazo prescricional ficarão suspensos.

(B) A produção antecipada de provas, na suspensão do art. 366, justifica-se pelo simples decurso do tempo, que compromete a memória das testemunhas.

(C) É válida a citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce jurisdição, se esgotadas as tentativas de localizá-lo.

(D) O período de suspensão do prazo prescricional, na hipótese do art. 366 do CPP, é regulado pelo máximo da pena cominada ao crime.

(E) O prazo do edital de citação do acusado que se encontra em local incerto e não sabido é de trinta dias, contados da publicação.

Questão 34

Matheus, deputado estadual, foi informado que foi arrolado como testemunha de defesa em determinada ação penal onde se investiga a prática do crime de organização criminosa. Veio a saber, ainda, através do advogado do réu, que haverá expedição de carta precatória para oitiva de uma testemunha de acusação, já que ela residiria fora da comarca do juízo processante. Diante disso, Matheus solicita esclarecimentos sobre o momento e a forma de sua oitiva, em especial diante da expedição de carta precatória para oitiva de testemunha de acusação, ressaltando que teme por sua integridade física, que não é amigo do réu e que os fatos de que tem conhecimento não estão relacionados ao exercício do mandato. Considerando apenas as informações narradas, deverá ser esclarecido que

(A) havendo temor por parte de Matheus em prestar declarações na presença do acusado, a primeira medida a ser adotada é a retirada do réu da sala de audiência e, somente na impossibilidade, realização do ato por videoconferência.

(B) Matheus, por ser deputado estadual, tem preferência para ser a primeira testemunha ouvida na audiência de instrução e julgamento, não podendo, porém, previamente ajustar com o magistrado o dia e hora da oitiva, diferente do que ocorre com governadores.

(C) Matheus, por ser deputado estadual, poderá prestar declarações, na condição de testemunha, por escrito, indicando informações sobre os fatos indagados e opiniões pessoais.

(D) havendo intimação da defesa sobre a expedição da carta precatória para oitiva da testemunha, torna-se dispensável a intimação sobre a data da realização da audiência no juízo deprecado.

(E) a expedição de carta precatória para oitiva de testemunha de acusação suspende o andamento da ação penal, impedindo a oitiva das testemunhas de defesa.

Questão 35

Lívia, domiciliada em Londrina (PR), recebeu mensagem de pessoa que se passava por seu filho pedindo dinheiro com urgência. Enganada, transferiu R$ 5.000,00, via PIX, para uma conta mantida em agência bancária de São Paulo (SP). As investigações revelaram que o autor da fraude agia a partir de Curitiba (PR), onde também sacou os valores, e que ele não havia lesado outras vítimas.

Considerando o Código de Processo Penal, com as alterações da Lei nº 14.155/2021, é correto afirmar que a competência para o processo e julgamento do estelionato

(A) é do juízo de São Paulo, local da agência em que mantida a conta beneficiária, onde o agente obteve a vantagem ilícita.

(B) é do juízo de Londrina, domicílio da vítima, por expressa disposição do CPP para o estelionato mediante transferência de valores.

(C) é do juízo de Curitiba, local de onde o autor praticou os atos executórios da fraude e onde sacou os valores.

(D) é definida pela prevenção, por se tratar de crime praticado à distância, com atos executórios em mais de uma comarca.

(E) é do juízo de Londrina, porque, no estelionato, a consumação ocorre no local em que a vítima sofre o prejuízo patrimonial.

Questão 36

Ao tratar da quesitação no âmbito do Tribunal do Júri, a legislação processual preconiza que os quesitos serão redigidos em proposições afirmativas, simples e distintas, de modo que cada um deles possa ser respondido com suficiente clareza e necessária precisão. Na sua elaboração, o presidente levará em conta os termos da pronúncia ou das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, do interrogatório e das alegações das partes. Considerando a narrativa apresentada e as disposições do Código de Processo Penal que orientam a estruturação dos quesitos, analise as afirmativas a seguir. I. Sustentada a desclassificação da infração para outra de competência do juiz singular, será formulado quesito a respeito, para ser respondido após o segundo ou terceiro quesito, conforme o caso. II. Sustentada a tese de ocorrência do crime na sua forma tentada ou havendo divergência sobre a tipificação do delito, sendo este da competência do Tribunal do Júri, o juiz formulará quesito acerca destas questões, para ser respondido após o segundo quesito. III. Havendo mais de um crime ou mais de um acusado, os quesitos serão formulados em séries distintas. À luz das disposições do Código de Processo Penal, está correto o que se afirma em

(A) I, apenas

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D))I e III, apenas.

(E) I, II e III.

Questão 37

Na audiência de instrução e julgamento de processo por furto, a defesa de Ícaro desistiu da oitiva de uma testemunha que ela própria havia arrolado, alegando que o depoimento seria repetitivo. O juiz homologou a desistência, e o Ministério Público não se opôs. Ícaro foi condenado e, na apelação, a defesa alegou cerceamento de defesa, sustentando que a testemunha dispensada poderia confirmar o álibi do réu e que a sentença deveria ser anulada.

Considerando o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) há nulidade absoluta, por ofensa à ampla defesa, que pode ser reconhecida a qualquer tempo, independentemente de quem lhe deu causa.

(B) não há nulidade a reconhecer, pois nenhuma das partes pode arguir nulidade a que tenha dado causa ou para a qual tenha concorrido.

(C) há nulidade relativa, que deve ser reconhecida porque foi arguida na primeira oportunidade posterior à sentença condenatória.

(D) há nulidade, pois a desistência da oitiva de testemunha arrolada depende de expressa concordância da parte contrária.

(E) não há nulidade a reconhecer, pois as nulidades da instrução só podem ser arguidas na própria audiência em que ocorreram.

Questão 38

O delegado de polícia indiciou e representou pela prisão temporária de Dorival Silva pela prática do crime constante no art. 155, § 4º-A do Código Penal (furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum), e por considerar sua custódia imprescindível para as investigações. O Juiz aceitou os argumentos da autoridade policial e expediu mandado de prisão pelo prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, o delegado responsável pela custódia, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, manteve Dorival preso na carceragem, em decorrência da gravidade do crime, e a fim de assegurar possível fuga do indiciado. Com base estritamente nos fatos narrados e nos termos das Leis nº 7.960/89 e nº 8.072/90, avalie as afirmativas a seguir: I. Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deveria ter posto imediatamente o preso em liberdade. II A prisão é ilegal, pois o prazo máximo da prisão temporária para o crime narrado é de 5 (cinco) dias, prorrogável por mais 5 (cinco) dias, em caso de extrema e comprovada necessidade. III. A prorrogação da custódia temporária pelo delegado, independentemente da expedição de novo mandado, está em conformidade com a legislação processual, em decorrência do perigo abstrato gerado pelo estado de liberdade do imputado. Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) II, apenas.

(D) III, apenas.

(E) I, apenas.

Questão 39

Celebrado acordo de não persecução penal entre o Ministério Público e um investigado por crime contra a ordem tributária, assistido por seu defensor, os autos foram remetidos ao juízo para a audiência de homologação.

Considerando o art. 28-A do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições do acordo, devolverá os autos ao Ministério Público para que reformule a proposta,

com concordância do investigado e de seu defensor.

II. Recusada a homologação, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para a análise da necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.

III. A celebração e o cumprimento do acordo constarão da certidão de antecedentes criminais do investigado, para todos os fins.

IV. Descumprida qualquer condição do acordo homologado, o juiz, de ofício, decretará sua rescisão e determinará o prosseguimento da persecução penal.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

Questão 40

Investigado em inquérito policial, Edmundo impetrou habeas corpus alegando constrangimento ilegal decorrente da própria instauração da investigação, sob o argumento de que a conduta apurada não constituiria crime.

Sobre o habeas corpus como meio autônomo de impugnação, considerando a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a afirmativa correta.

(A) Cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade, para afastar os efeitos secundários da condenação.

(B) O habeas corpus contra ato de delegado de polícia que instaurou inquérito sem justa causa é julgado pelo tribunal de justiça.

(C) Cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, por ser ela conversível em prisão se não for paga.

(D) Admite-se o trancamento do inquérito por habeas corpus, em caráter excepcional, quando é manifesta a atipicidade da conduta.

(E) Admite-se o trancamento do inquérito por habeas corpus sempre que o investigado alega inocência, mesmo havendo indícios de autoria.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 41

Douglas, líder de organização criminosa constituída para a prática de crimes de corrupção e extorsão, resolveu colaborar com o Ministério Público durante as investigações, tendo sido o primeiro dos integrantes da organização a firmar o acordo de colaboração premiada, relatando ao Ministério Público crimes de que este não tinha conhecimento. Frederico, integrante da organização criminosa, também resolveu colaborar, firmou o acordo e igualmente revelou crime de cuja existência não tinha conhecimento o Ministério Público. Contudo, posteriormente, Frederico veio a se retratar da proposta. Diante desse contexto, é correto afirmar, em relação aos acordos, que o Ministério Público:

(A) poderá deixar de oferecer denúncia em relação a Douglas, assim como o poderá em relação a Frederico, pois este não exercia o papel de líder da organização criminosa;

(B) poderá deixar de oferecer denúncia em relação a Frederico, e as provas autoincriminatórias produzidas por Douglas poderão ser utilizadas exclusivamente em desfavor deste;

(C) poderá deixar de oferecer denúncia em relação a Douglas, e as provas autoincriminatórias produzidas por Frederico poderão ser utilizadas exclusivamente em desfavor deste;

(D) não poderá deixar de oferecer denúncia em relação a Douglas, e as provas autoincriminatórias produzidas por Frederico não poderão ser utilizadas exclusivamente em desfavor deste;

(E) poderá deixar de oferecer denúncia em relação a Douglas, bem como em relação a Frederico; contudo, as provas autoincriminatórias produzidas por este não poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavor.

Questão 42

Nélson cumpre pena em regime fechado e já cumpriu um quarto da pena total. Com bom comportamento, ele pretende trabalhar fora do estabelecimento prisional, em obra de reforma de uma escola executada por empresa privada contratada pelo Estado.

Considerando a Lei de Execução Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

II. Para presos em regime fechado, o trabalho externo é admissível em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da administração direta ou

indireta, ou por entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

III. A prestação de trabalho externo depende de autorização do juiz da execução, que examinará a aptidão, a disciplina e a responsabilidade do condenado.

IV. A autorização de trabalho externo será revogada se o preso vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave ou tiver comportamento contrário aos requisitos legais.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 43

Eduardo cobrava valores de estrangeiros para trazê-los ao Brasil por trilhas de fronteira, sem passar pelo controle migratório. A investigação revelou que, durante o trajeto, os migrantes eram mantidos em galpões insalubres, em condições degradantes. Apurou-se também que Eduardo, mediante pagamento, organizava a saída de estrangeiros do território nacional para que ingressassem ilegalmente em país vizinho.

Considerando o Código Penal, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), é correto afirmar que

(A) Eduardo responde por promoção de migração ilegal, com aumento de pena pela condição degradante, sem prejuízo das penas das infrações conexas.

(B) Eduardo e os migrantes que ingressaram ilegalmente no país respondem por promoção de migração ilegal, em concurso de pessoas.

(C) Eduardo responde por promoção de migração ilegal apenas quanto à entrada no Brasil, pois promover a saída de estrangeiros é atípico.

(D) Eduardo responde por promoção de migração ilegal, com a pena aumentada de metade, em razão da submissão dos migrantes a condição degradante.

(E) Eduardo responde por tráfico de pessoas, que absorve a promoção de migração ilegal, em razão das condições degradantes impostas.

Questão 44

Em município do interior do Paraná que não é sede de comarca, Telma procurou a delegacia de polícia relatando que o companheiro, com quem convive, vinha destruindo seus documentos e objetos pessoais e a humilhando diariamente, e que ela temia pela própria integridade moral e patrimonial. O delegado de polícia, ao analisar a situação, verificou risco atual a esses bens jurídicos.

Considerando a Lei nº 11.340/2006, com as alterações das Leis nº 15.380/2026 e 15.411/2026, analise as afirmativas a seguir.

I. Verificado o risco atual à integridade moral ou patrimonial de Telma, o delegado pode determinar o imediato afastamento do agressor do lar, por ser o município não sede de comarca.

II. Afastado o agressor pelo delegado, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida, dando ciência ao Ministério Público.

III. Se o crime praticado contra Telma for de ação penal pública condicionada à representação, a audiência destinada à retratação deverá ser designada de ofício pelo juiz em todos os casos, antes do recebimento da denúncia.

IV. Telma poderá entregar ao agressor a intimação ou notificação dos atos processuais, desde que o faça acompanhada de policial.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 45

Em correição realizada em uma delegacia, a corregedoria apurou que um investigador submeteu preso sob sua guarda a intenso sofrimento físico, como forma de castigo, enquanto o policial de plantão, ciente do que ocorria e com o dever de evitar a conduta, nada fez para impedi-la.

Sobre a Lei nº 9.455/1997 e a jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

(A) A perda do cargo do investigador depende de declaração motivada na sentença e só ocorre se a pena aplicada for superior a quatro anos.

(B) O plantonista que se omitiu, tendo o dever de evitar a conduta, responde com pena de detenção e não se sujeita à regra que impõe o regime inicial fechado.

(C) A pena do investigador será aumentada de um terço até a metade, por se tratar de crime cometido por agente público no exercício da função.

(D) A tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, mas admite a concessão de indulto, por ausência de vedação na lei específica.

(E) A Lei de Tortura somente se aplica a crime cometido no exterior se o agente for brasileiro e vier a ingressar no território nacional.

Questão 46

Investigando tráfico de drogas, o delegado de polícia obteve autorização judicial para interceptar as comunicações telefônicas de Wagner por 15 dias, prazo depois prorrogado por decisão fundamentada. Nas conversas, surgiram elementos de que Wagner ameaçou de morte um comprador que não pagara pela droga adquirida, crime punido com detenção.

Em outra investigação, o mesmo delegado pretende representar pela interceptação telefônica de Sérgio, suspeito apenas de ameaçar a ex-sócia, crime também punido com detenção e sem relação com qualquer outro delito.

Considerando a Lei nº 9.296/1996 e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) a prova da ameaça praticada por Wagner é ilícita, pois a interceptação não é admitida quando o fato é punido, no máximo, com detenção.

(B) a interceptação de Wagner só poderia ser prorrogada uma única vez, de modo que as conversas captadas após 30 dias seriam ilícitas.

(C) a prova da ameaça de Wagner pode ser utilizada, e também cabe a interceptação contra Sérgio, desde que demonstrada a sua imprescindibilidade.

(D) a prova da ameaça de Wagner pode ser utilizada, por ser crime conexo ao que justificou a medida, mas não cabe a interceptação contra Sérgio.

(E) a interceptação contra Sérgio seria cabível se requerida pelo Ministério Público, pois a vedação legal alcança apenas a representação policial.

Questão 47

Em investigação sobre lavagem de dinheiro praticada de forma reiterada por um grupo que incluía um servidor público estadual, o delegado de polícia planeja as próximas diligências e avalia as consequências processuais do caso.

Considerando a Lei nº 9.613/1998 e a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. O delegado de polícia pode ter acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço, mantidos por instituições financeiras e empresas telefônicas, entre outras entidades.

II. Indiciado o servidor público, ele será afastado de suas funções, sem prejuízo da remuneração, até que o juiz autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

III. No processo por crime de lavagem, não se aplica a suspensão do processo prevista no art. 366 do CPP, devendo o acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por edital, prosseguindo o feito com defensor dativo.

IV. A pena é aumentada de um a dois terços se os crimes forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 48

Ao elaborar o relatório de um inquérito, o delegado de polícia precisava indicar se os crimes apurados eram hediondos e quais consequências processuais e penais decorreriam dessa classificação.

Considerando a Lei nº 8.072/1990 e a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a afirmativa correta.

(A) Os crimes hediondos são insuscetíveis de fiança e, por consequência, também de liberdade provisória sem fiança.

(B) O porte ilegal de arma de fogo de uso permitido com numeração raspada é hediondo, por equiparação ao de arma de uso restrito.

(C) Nos crimes hediondos, a prisão temporária tem prazo de 15 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema necessidade.

(D) O tráfico de drogas na forma privilegiada é equiparado a hediondo e se submete às mesmas restrições do tráfico na forma simples.

(E) É inconstitucional a imposição pela própria lei do regime inicial fechado a todos os condenados por crimes hediondos.

Questão 49

O delegado Rodrigo, responsável por inquérito que apura homicídio, concedeu entrevista coletiva logo após a prisão temporária de Fausto e, antes de concluídas as apurações e de formalizada qualquer acusação, afirmou publicamente que Fausto era o autor do crime, expondo-o à execração pública. Rodrigo é primário e nunca respondeu por crime de abuso de autoridade.

Considerando a Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que

(A) Rodrigo pode responder por abuso de autoridade, e a perda do cargo é efeito automático da condenação, por se tratar de crime funcional.

(B) Rodrigo não comete crime, pois o tipo que pune a antecipação de culpa por meio de comunicação só alcança juízes e membros do Ministério Público.

(C) Rodrigo pode responder por abuso de autoridade, crime de ação penal pública condicionada à representação de Fausto.

(D) Rodrigo responde por abuso de autoridade independentemente de qualquer finalidade específica, bastando o dolo de divulgar a informação ao público.

(E) Rodrigo pode responder por abuso de autoridade, se demonstrada a finalidade específica legal, mas a condenação não acarretará a perda do cargo, que exige reincidência.

Questão 50

Durante uma festa em sua casa, Bruno ofereceu à namorada, de forma eventual e sem nenhum objetivo de lucro, uma pequena porção de cocaína para que ambos a consumissem juntos. Policiais civis, que foram ao local para atender ocorrência de perturbação do sossego, flagraram os dois consumindo a droga. Não havia outros elementos indicando comércio, e a quantidade apreendida era compatível com o consumo do casal naquela noite.

Considerando a Lei nº 11.343/2006, é correto afirmar que Bruno praticou

(A) tráfico de drogas, na modalidade oferecer, crime equiparado a hediondo e inafiançável.

(B) tráfico de drogas na forma privilegiada, por ter agido de forma eventual e sem fins comerciais.

(C) o crime de oferecer droga, eventualmente e sem lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem.

(D) apenas o porte de droga para consumo pessoal, que absorve o oferecimento feito à namorada no mesmo contexto.

(E) o crime de induzir ou instigar alguém ao uso indevido de droga, punido com detenção de um a três anos.

Questão 51

No julgamento das ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o STF examinou a constitucionalidade do juiz das garantias e de outras alterações introduzidas no Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime).

Considerando o que foi decidido pelo STF, assinale a afirmativa correta.

(A) A competência do juiz das garantias cessa com o recebimento da denúncia ou queixa, como previa a redação original do CPP.

(B) O juiz das garantias atua também nos processos do Tribunal do Júri e nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

(C) O arquivamento do inquérito é ordenado pelo Ministério Público, com remessa à instância de revisão ministerial, sem submissão ao juiz.

(D) Foi mantida a regra que impede o juiz que praticou atos da fase de investigação de funcionar no processo, como garantia de imparcialidade.

(E) A competência do juiz das garantias cessa com o oferecimento da denúncia, e o instituto não se aplica aos processos do Tribunal do Júri.

Questão 52

Integrantes de um grupo movido por ódio religioso compraram explosivos e mapearam a rotina de um templo, com o propósito inequívoco de praticar atentado capaz de provocar terror generalizado. Dias antes da data marcada, ainda sem iniciar a execução, desistiram voluntariamente do plano e entregaram parte do material a um líder religioso, que acionou a polícia. A investigação foi iniciada pela Polícia Civil, que colheu as primeiras provas.

Considerando a Lei nº 13.260/2016, é correto afirmar que

(A) os atos preparatórios são impuníveis, pela regra geral do Código Penal, de modo que os integrantes do grupo não respondem por nenhum crime.

(B) os atos preparatórios são puníveis, e a desistência é irrelevante, pois o art. 15 do Código Penal só incide depois de iniciada a execução.

(C) os atos preparatórios são puníveis, mas incide a desistência voluntária mesmo antes de iniciada a execução, e a competência é da Justiça Federal.

(D) os atos preparatórios são puníveis, mas incide a desistência voluntária mesmo antes de iniciada a execução, e a competência é da Justiça estadual.

(E) não há terrorismo, pois a lei exige motivação política ou ideológica e não abrange atos motivados por discriminação religiosa.

Questão 53

O delegado de polícia instaurou inquérito para apurar crime de domínio social estruturado atribuído a integrantes de uma facção que, mediante violência e grave ameaça, impunha controle territorial em bairros de uma cidade paranaense.

Considerando a Lei nº 15.358/2026 (Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil), analise as afirmativas a seguir.

I. Considera-se organização criminosa ultraviolenta o agrupamento de 3 ou mais pessoas que emprega violência, grave ameaça ou coação para impor controle territorial ou social.

II. O inquérito deverá ser concluído em 90 dias, se o indiciado estiver preso, ou em 270 dias, se estiver solto, prorrogável por igual período, e o descumprimento desses prazos não gera automaticamente o relaxamento da prisão.

III. Indeferida pelo juiz a representação do delegado e não havendo recurso do Ministério Público, o delegado poderá, em 48 horas, submeter a matéria à revisão da instância superior competente do órgão ministerial.

IV. Os crimes de domínio social estruturado são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança, mas admitem livramento condicional, cumpridos os requisitos do Código Penal.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III, apenas.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) I, III e IV, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 54

Haroldo e Juliano são homens cisgêneros e homossexuais. São casados civilmente há 5 anos e moram juntos, tendo uma relação íntima de afeto. Segundo os amigos mais próximos, na relação entre os dois não é possível dizer que um dos dois ocupa uma posição de subalternidade ou de submissão em relação ao outro. Certo dia, o casal teve um grave desentendimento. Haroldo lesionou gravemente Juliano e o ameaçou de morte. Juliano, assustado, procurou a delegacia mais próxima de sua casa e pediu medidas protetivas de urgência em face de Haroldo, com fundamento na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). O delegado remeteu os autos do inquérito ao juiz competente, para análise das medidas protetivas solicitadas. Nesse caso, é correto afirmar que o juiz:

(A) deve indeferir as medidas solicitadas, porque Haroldo e Juliano não constituem uma entidade familiar;

(B) deve deferir as medidas solicitadas, uma vez que a Lei Maria da Penha também se aplica a casais homoafetivos do sexo masculino;

(C) deve deferir as medidas solicitadas, pois, no caso, vigora uma presunção absoluta de que uma das partes se situa em posição de subalternidade dentro da relação;

(D) deve deferir as medidas solicitadas, pois, no caso, aplica-se analogicamente o sistema protetivo da Lei Maria da Penha, em razão da ausência de normas específicas sobre relações homossexuais;

(E) não deve deferir as medidas solicitadas, sendo inaplicável a Lei Maria da Penha ao caso, uma vez que não há violência baseada no gênero e que Juliano não está em posição de subalternidade dentro da relação.

Questão 55

Tício, procurador do Estado de Santa Catarina, exerce atribuições de natureza tributária no Município de Criciúma, emitindo pareceres para subsidiar o processo de tomada de decisão pelo Poder Executivo, na área da saúde. Após meses de investigação, a Polícia Civil descobre que o agente público integra uma organização criminosa, em conjunto com Caio, Guilherme e Davi, especializada em roubos de veículos automotores. Nesse cenário:

(A) para além da responsabilização pelos roubos, os indivíduos responderão pelo crime autônomo de organização criminosa, com a incidência de causa de aumento de pena em razão da participação de funcionário público;

(B) para além da responsabilização pelos roubos, os indivíduos responderão pelo crime autônomo de

organização criminosa, contudo, somente Tício terá a pena majorada, por ser funcionário público;

(C) em havendo condenação dos réus pela prática do crime de organização criminosa, na responsabilização pelos roubos, não se pode considerar a majorante do concurso de pessoas, sob pena de bis in idem ;

(D) para além da responsabilização pelos roubos, os indivíduos responderão pelo crime autônomo de organização criminosa, sem a incidência de causa de aumento de pena no delito de concurso necessário;

(E) para além da responsabilização pelos delitos de roubo, os indivíduos responderão pelo crime autônomo de organização criminosa, qualificado pela participação de funcionário público.

Questão 56

Hélio, sócio-administrador de uma empresa, praticou duas condutas. Na primeira, omitiu receitas da escrituração fiscal e, com isso, reduziu o ICMS devido; o auto de infração lavrado pelo fisco foi impugnado e aguarda julgamento definitivo na esfera administrativa. Na segunda, em outro mês, declarou corretamente o ICMS próprio, mas deixou de recolhê-lo, de forma isolada, em razão de dificuldade financeira momentânea e comprovada, regularizando o débito pouco depois.

Considerando a Lei nº 8.137/1990 e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) a primeira conduta já configura crime consumado, pois a omissão de receitas é crime formal, que independe do lançamento definitivo do tributo.

(B) a primeira conduta ainda não configura crime material, por falta de lançamento definitivo, e a segunda, isolada e sem dolo de apropriação, não é crime.

(C) a primeira conduta ainda não configura crime material, mas a segunda é crime, pois o não recolhimento do ICMS declarado basta para a tipicidade.

(D) a segunda conduta configura apropriação indébita do Código Penal, pois o valor do imposto pertencia ao Estado e foi retido pelo empresário.

(E) a primeira conduta só configurará crime após o trânsito em julgado de ação judicial que confirme a existência do débito tributário.

Questão 57

Vinícius, depois de ingerir bebida alcoólica em um bar, passou a conduzir seu automóvel com a capacidade psicomotora alterada, o que foi confirmado por exame que apontou concentração de 0,5 miligrama de álcool por litro de ar alveolar. Em um cruzamento, por imprudência, colidiu com uma motocicleta, e o condutor sofreu lesão corporal de natureza grave. Não há elementos de que Vinícius tenha aceitado o resultado. Ao final do processo, sobreveio condenação.

Considerando o Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar que Vinícius

(A) responderá por lesão culposa na direção de veículo, com pena de detenção, cabendo a substituição por restritiva de direitos, por se tratar de crime culposo.

(B) responderá por lesão culposa na direção de veículo, qualificada pela influência de álcool e pela lesão grave, vedada a substituição da pena por restritiva de direitos.

(C) responderá por lesão corporal grave dolosa, com dolo eventual, pois a simples embriaguez ao volante revela a aceitação do risco de lesionar terceiros.

(D) responderá por lesão culposa simples, sendo a influência do álcool considerada apenas como circunstância judicial na fixação da pena-base.

(E) responderá apenas pelo crime de embriaguez ao volante, que absorve a lesão culposa por ser o crime de perigo que antecedeu o dano.

Questão 58

Caio e Isabela, ambos maiores e capazes, namoraram durante anos, embora nunca tenham residido em conjunto. No curso do relacionamento, o casal alimentava o sonho de viajar para a África do Sul e conhecer seus safáris. Contudo, após meses de constantes discussões, Isabela decidiu encerrar o relacionamento. Sessenta dias após o término, Caio se encaminhou ao imóvel de Isabela e subtraiu o seu passaporte e outros documentos pessoais, afirmando que, sem a sua presença, ela não realizaria o sonho de conhecer o continente africano. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), é correto afirmar que

(A) apesar de estar caracterizada violência de gênero, Isabela não é beneficiária da Lei Maria da Penha, já que a conduta de Caio foi praticada após o encerramento do relacionamento amoroso.

(B) é possível que Isabela se valha da proteção conferida pela Lei Maria da Penha, estando caracterizada a violência patrimonial, como

forma de violência contra a mulher.

(C) como Caio e Isabela não constituíram relação matrimonial, a última não pode se beneficiar dos regramentos existentes na Lei Maria da Penha.

(D) a ausência de coabitação durante a relação amorosa impede que Isabela possa se valer dos institutos consagrados na Lei Maria da Penha.

(E) em razão da violência moral praticada por Caio, Isabela pode invocar, em sua proteção, os ditames insculpidos na Lei Maria da Penha.

Questão 59

Gerson, policial civil, passou a integrar organização criminosa estruturada para a prática de extorsões contra comerciantes. Há indícios suficientes de sua participação, e a permanência dele no cargo vem dificultando a coleta de provas, pois ele tem acesso aos sistemas da corporação e às escalas das equipes de investigação.

Considerando a Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar que

(A) eventual condenação transitada em julgado acarretará a perda do cargo e a interdição para função pública pelo prazo de 4 anos após o cumprimento da pena.

(B) o juiz pode afastá-lo cautelarmente do cargo, com suspensão da remuneração, e a Corregedoria de Polícia instaurará inquérito, comunicando o fato ao Ministério Público.

(C) o afastamento cautelar pode ser determinado pelo delegado-geral, e a investigação caberá exclusivamente ao Ministério Público, vedada a atuação da Corregedoria.

(D) eventual condenação só acarretará a perda do cargo se o juiz a declarar motivadamente, e a interdição para cargo público durará o mesmo tempo da pena.

(E) o juiz pode afastá-lo cautelarmente do cargo, sem prejuízo da remuneração, e a Corregedoria de Polícia instaurará inquérito, comunicando o fato ao Ministério Público.

Questão 60

José foi condenado à pena de 05 anos e 10 meses de reclusão, em regime fechado, pela prática do crime de tráfico de drogas (Art. 33 da Lei nº 11.343/2006). O acusado foi apreendido em flagrante com 147 quilos de maconha (Cannabis sativa) e, embora não fosse reincidente, José possuía em sua folha de antecedentes criminais anotações referentes a quatro inquéritos policiais e cinco ações penais em curso. Diante do caso apresentado e da hipótese de diminuição de pena prevista no Art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006, é correto afirmar que:

(A) embora não seja possível a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para majorar a pena-base com fundamento em maus antecedentes, é possível sua utilização para o afastamento da causa de diminuição, com fundamento na “dedicação a atividades criminosas”;

(B) diante da elevada quantidade de drogas apreendidas com José, deve ser afastada a minorante, já que somente pessoa envolvida habitualmente com a traficância teria acesso a esse montante de entorpecente;

(C) é possível a valoração da quantidade da droga apreendida com José, tanto para fixação da pena-base quanto para a modulação da causa de diminuição referida, neste último caso ainda que sejam os únicos elementos aferidos, desde que não tenham sido considerados na primeira fase do cálculo da pena;

(D) a aplicação da referida minorante constitui direito subjetivo do acusado, não sendo possível obstar sua aplicação com base em considerações subjetivas do juiz. Portanto, em que pese a quantidade de drogas apreendidas, a causa de diminuição só poderia ser afastada em caso de reincidência de José;

(E) é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso seja para agravar a pena-base, seja para afastar a aplicação da causa de diminuição referida, seja para aferir a periculosidade do agente para fins de fundamentar eventual prisão cautelar, sob pena de ferir a presunção de inocência.

Direito Constitucional

Questão 61

Com o escopo de fomentar a atividade econômica com melhor aproveitamento de suas riquezas naturais minerais, o Estado Alfa editou lei estadual, flexibilizando exigência legal para o desenvolvimento de atividade potencialmente poluidora, na medida em que criou modalidade mais simplificada e célere de licenciamento ambiental único que denominou “Licença de Operação Direta”, para atividade de lavra garimpeira, inclusive instituindo dispensa para alguns casos de lavra a céu aberto. A referida lei estadual regulamentou aspectos da atividade garimpeira, nomeadamente, ao estabelecer conceitos a ela relacionados, delimitou áreas para seu exercício e autorizou o uso de azougue (mercúrio) em determinadas condições, tudo de forma menos restritiva do que a legislação da União. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a lei estadual editada é:

(A) constitucional, haja vista que a competência da União para legislar sobre normas gerais sobre

meio ambiente não exclui a competência suplementar dos Estados;

(B) inconstitucional materialmente, porque viola o princípio do desenvolvimento sustentável, e formalmente, pois é competência privativa da União proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

(C) inconstitucional materialmente, porque viola os princípios da prevenção e da precaução, mas é formalmente constitucional, uma vez que a matéria tratada na lei é de competência legislativa comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

(D) constitucional, haja vista que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(E) inconstitucional, uma vez que é competência privativa da União legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, bem como porque a lei tornou menos eficiente a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Questão 62

Em novembro de 2025, o Presidente da República editou medida provisória que majorou a alíquota do imposto sobre a renda das pessoas físicas, convertida em lei em 10 de dezembro do mesmo ano. Na mesma semana, editou outra medida provisória que tipificou como crime determinada conduta praticada em ambiente virtual e fixou a respectiva pena. Diante da repercussão, partidos de oposição anunciaram que questionariam as duas medidas no STF.

Considerando a disciplina constitucional das medidas provisórias, é correto afirmar que

(A) a majoração do imposto de renda só produziria efeitos se a MP fosse convertida em lei até 30 de junho do exercício, e a MP que criou o crime é inconstitucional.

(B) a majoração do imposto de renda por MP é vedada, pois a matéria tributária é reservada à lei ordinária aprovada pelo Congresso, e a MP que criou o crime é inconstitucional.

(C) a majoração do imposto de renda produz efeitos 90 dias após a edição da MP, independentemente da conversão, e a MP que criou o crime é válida se convertida em lei.

(D) as duas medidas provisórias são válidas, desde que convertidas em lei, pois a conversão pelo Congresso supre eventual vício quanto à matéria tratada.

(E) a majoração do imposto de renda pode produzir efeitos no exercício seguinte, pois a MP foi convertida em lei até o último dia do exercício, e a MP que criou o crime é inconstitucional.

Questão 63

O Estado Gama editou uma lei estadual proibindo aos órgãos ambientais de fiscalização e à Polícia Militar do Estado Gama a destruição e inutilização de bens particulares apreendidos nas operações e fiscalizações ambientais no Estado. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, a citada lei é

(A) inconstitucional, pois, apesar de observar a competência dos Estados para legislar sobre as normas gerais de proteção ao meio ambiente, viola a competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal e Processual Penal.

(B) inconstitucional, pois afronta a competência da União para legislar sobre as normas gerais de proteção ao meio ambiente e viola a competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal e Processual Penal.

(C) constitucional, pois observa a competência comum da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre as normas gerais de proteção ao meio ambiente, além de estar de acordo com a legislação federal de regência.

(D) constitucional, pois observa a competência comum da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre as normas gerais de proteção ao meio ambiente, bem como assegura maior proteção ambiental do que a legislação federal, não se aplicando o princípio da vedação do retrocesso ambiental.

(E) constitucional, porque observa o princípio do federalismo de cooperação ambiental e confere concretude à norma constitucional que dispõe que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Questão 64

A Mineração Beta S.A. explorou jazida de minério em área rural do Paraná e, encerrada a lavra, deixou de recuperar a área degradada. Meses depois, rejeitos armazenados de forma irregular contaminaram um rio da região. Instaurada investigação, o Ministério Público pretende responsabilizar penalmente a pessoa jurídica, embora ainda não tenha conseguido identificar o diretor responsável pela decisão de armazenar os rejeitos naquele local.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) a pessoa jurídica só pode ser responsabilizada penalmente se, na mesma ação, também for imputado o crime à pessoa física que decidiu em seu nome.

(B) a pessoa jurídica só responde nas esferas administrativa e civil, pois a Constituição reserva a responsabilidade penal às pessoas físicas.

(C) a pessoa jurídica pode ser responsabilizada penalmente independentemente da pessoa física, e quem explora recursos minerais deve recuperar o ambiente degradado.

(D) a obrigação de recuperar a área degradada depende de previsão em lei estadual, pois cabe aos Estados legislar sobre a exploração de recursos minerais.

(E) a pessoa jurídica pode ser responsabilizada penalmente, mas a recuperação da área só é exigível se houver condenação criminal definitiva.

Questão 65

Lei Y do Estado Beta , em razão da alta evasão populacional daquela territorialidade para outros estados do país, estabeleceu que é assegurada aos candidatos que nasceram e residem no referido Estado a bonificação de 10% (dez por cento) na nota obtida nos concursos públicos, na área de segurança pública. Diante do exposto, é correto afirmar que a referida norma é

(A) inconstitucional, pois o tratamento desigual conferido pela lei estadual impugnada, apesar de conferir efetividade aos princípios da isonomia e da impessoalidade, não atende ao interesse público.

(B) inconstitucional, pois a imposição legal de critérios de distinção entre os candidatos não é constitucionalmente admitida, ainda que acompanhada de justificação plausível e decorra da natureza do cargo a ser preenchido.

(C) constitucional, pois o tratamento desigual conferido pela lei estadual impugnada confere efetividade aos princípios da isonomia e do interesse público.

(D) constitucional, pois a imposição legal de critérios de distinção entre os candidatos é admitida quando acompanhada de justificação plausível e não decorra da natureza do cargo a ser preenchido.

(E) inconstitucional, pois o fator discriminatório é irrazoável e não se qualifica como critério idôneo apto a embasar tratamento mais favorável aos candidatos especificados na legislação.

Questão 66

O Governador de um Estado editou ato que destinou verba de publicidade oficial a campanha com nítida promoção pessoal de sua imagem. Indignados, Raul, eleitor regularmente alistado, e a Associação de Moradores do Bairro Gama, pessoa jurídica de direito privado, pretendem ajuizar ação popular para anular o ato. Não há prova de prejuízo material ao erário, pois o valor gasto era compatível com o de campanhas anteriores.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) Raul e a associação podem ajuizar a ação popular, que deve ser proposta no tribunal de justiça, por se tratar de ato do Governador do Estado.

(B) Raul pode ajuizar a ação popular, mas ela será julgada improcedente, pois a lesão à moralidade administrativa exige prova de prejuízo material ao erário.

(C) Raul pode ajuizar a ação popular no primeiro grau, ainda que sem prejuízo material ao erário, e ficará isento de custas e de sucumbência, salvo comprovada má-fé.

(D) apenas a associação pode ajuizar a ação popular, pois a defesa da moralidade administrativa é atribuída a entidades representativas da sociedade.

(E) Raul pode ajuizar a ação popular no primeiro grau, mas arcará com as custas e com o ônus da sucumbência se o pedido for julgado improcedente.

Questão 67

Lorena, delegada de polícia estadual estável, foi aprovada em concurso para professora de uma universidade estadual e pretende acumular os dois cargos, com compatibilidade de horários. Em reunião com o setor de pessoal, foram discutidas regras constitucionais sobre servidores públicos.

Considerando a Constituição Federal, com as emendas vigentes, e a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. É permitida a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza, havendo compatibilidade de horários e observado o teto remuneratório.

II. Nos casos de acumulação constitucionalmente autorizada, o teto remuneratório incide sobre cada um dos vínculos isoladamente, e não sobre o somatório das remunerações.

III. Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, ele será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será exonerado, sem

direito a indenização.

IV. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, sendo obrigatória, como condição para a aquisição da estabilidade, a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) I, III e IV, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 68

Uma comissão parlamentar de inquérito foi criada para apurar o desvio de recursos destinados à segurança pública, e seus integrantes passaram a discutir quais medidas poderiam adotar diretamente contra os investigados.

Sobre as comissões parlamentares de inquérito, considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) A CPI pode determinar a interceptação telefônica do investigado, pois tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

(B) A instalação da CPI requerida por um terço dos membros da Casa depende de deliberação do Plenário, que pode rejeitá-la por maioria.

(C) A CPI pode determinar, por decisão fundamentada do colegiado, a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados telefônicos do investigado.

(D) A CPI instituída por Assembleia Legislativa não pode quebrar o sigilo bancário, prerrogativa reservada às CPIs do Congresso Nacional.

(E) A CPI pode decretar a busca e apreensão domiciliar e a indisponibilidade de bens do investigado, desde que por decisão fundamentada.

Questão 69

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, João ingressou no serviço público, passando a ocupar um cargo de provimento efetivo de nível médio. A razão de ser da escolha do cargo decorreu do regime jurídico que o regia e da remuneração paga. Para sua surpresa, poucos anos depois, foi aprovada a Lei nº XX, que: I. suprimiu algumas garantias do cargo; II. permitiu que João ascendesse a um cargo de provimento efetivo de nível superior, caso alcançasse esse nível de instrução e tivesse boas avaliações; III. suprimiu algumas gratificações recebidas por João, acrescendo-as à sua remuneração, o que, embora não tenha acarretado redução estipendial, impediu que fossem auferidos maiores ganhos no futuro. À luz da sistemática constitucional, são medidas constitucionais:

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

Questão 70

Ana, estudante, questionou o seu professor de direito constitucional sobre a possibilidade, ou não, de um tratado internacional sobre direitos humanos vir a revogar uma norma constitucional colidente. O professor respondeu, corretamente, que tratado dessa natureza:

(A) ao ser incorporado à ordem interna, tem a natureza de lei ordinária, inferior, portanto, à norma constitucional, não podendo revogá-la;

(B) por integrar o direito internacional público, ao ser incorporado à ordem interna, acarreta a suspensão da eficácia da norma interna divergente, não a sua revogação;

(C) pode acarretar a revogação de uma norma constitucional se for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros;

(D) acarreta a revogação das normas internas colidentes, constitucionais ou infraconstitucionais, considerando o princípio da prevalência do interesse, de modo que a dignidade humana sempre deve preponderar;

(E) acarreta a suspensão da eficácia da norma constitucional colidente, se incorporado à ordem interna após manifestação favorável do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 71

O Prefeito do Município de Niterói analisou as vantagens e desvantagens relacionadas à criação de uma empresa estatal, que integraria a Administração Indireta da municipalidade, com o objetivo de satisfazer os direitos fundamentais da coletividade. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei n o 13.303/2016, analise as afirmativas a seguir. I. A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional. II. Depende de autorização do Prefeito da municipalidade a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora. III. Aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias, as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, salvo a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei n o 13.303/2016, é correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

Questão 72

José, servidor público do Poder Executivo do Município Alfa, agindo com dolo, nomeou Caroline, sua esposa, para o exercício de cargo em comissão, vinculado diretamente a ele. Registre-se que o referido cargo não tem natureza política e que Caroline não tem qualquer conhecimento teórico ou prático para exercer a função para a qual foi designada. Após denúncias anônimas, os fatos chegaram ao conhecimento do Ministério Público e da Polícia Civil. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir: I. A conduta de José caracteriza ato doloso de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário; II. Proferida sentença condenatória, José estará sujeito às sanções, alternativas ou cumulativas, de suspensão dos direitos políticos por até doze anos, pagamento de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público pelo prazo não superior a oito anos; III. Em caso de condenação de José, as sanções eventualmente a ele aplicadas somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

Questão 73

Em auditoria realizada em uma secretaria estadual, o Tribunal de Contas do Estado identificou ilegalidade em um contrato administrativo e, em processo distinto, aplicou multa e imputou débito a um gestor municipal por dano causado ao erário de seu Município.

Sobre o controle da Administração Pública, considerando a Constituição Federal, aplicável aos Tribunais de Contas dos Estados por simetria, e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) Verificada ilegalidade em contrato, a sustação é adotada diretamente pelo Legislativo, e o Tribunal de Contas só decide se, em 90 dias, as medidas cabíveis não forem efetivadas.
(B) O Tribunal de Contas pode sustar diretamente a execução de contrato administrativo ilegal, comunicando a decisão à Casa Legislativa competente.
(C) Verificada ilegalidade em contrato, a sustação é adotada pelo Legislativo, e o Tribunal de Contas decide a respeito se as medidas não forem efetivadas em 30 dias.

(D) As decisões do Tribunal de Contas que imputem débito ou multa têm eficácia de título executivo e são executadas pelo próprio Tribunal, por meio de sua procuradoria.

(E) O controle judicial de ato discricionário alcança o mérito administrativo, podendo o juiz substituir a conveniência e a oportunidade escolhidas pelo administrador.

Questão 74

Em um ministério, ocorreram dois episódios. No primeiro, o diretor de um departamento, invocando portaria de delegação editada pelo Ministro de Estado, decidiu recurso administrativo hierárquico interposto por particular contra ato praticado pelo próprio departamento. No segundo, o Ministro exonerou servidor ocupante de cargo em comissão, fazendo constar do ato que a exoneração se dava pela necessidade de extinguir o cargo para corte de despesas; na semana seguinte, porém, nomeou outra pessoa para o mesmo cargo, que continuou existindo.

Considerando a Lei nº 9.784/1999 e a doutrina do Direito Administrativo, é correto afirmar que

(A) a exoneração é válida, pois o cargo em comissão é de livre exoneração, e o motivo declarado, por ser dispensável, não vincula a validade do ato.

(B) os dois atos são válidos, pois a delegação de competência é a regra no processo administrativo, e o cargo em comissão é de livre exoneração.

(C) a decisão do recurso é válida, pois as decisões adotadas por delegação consideram-se editadas pela autoridade delegante, que responde por elas.

(D) a decisão do recurso tem vício de competência, pois decidir recursos administrativos é indelegável, e a exoneração é inválida, pois o motivo declarado a vincula e é falso.

(E) a decisão do recurso tem vício de finalidade, e a exoneração tem vício de forma, pois deveria ter sido precedida de processo administrativo com contraditório.

Questão 75

João, Promotor de Justiça lotado no Município de Resende, tomou conhecimento, por meio de denúncia anônima, de que o Poder Público teria celebrado contrato administrativo, sem prévio processo licitatório, por ser dispensável a licitação, com a Associação Alfa , entidade sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de determinados serviços, sendo certo que o preço contratado é compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados serão prestados exclusivamente por pessoas com deficiência. Em razão de supostas irregularidades citadas na denúncia apócrifa, o Ministério Público deflagrou investigação para apurar os fatos. Registre-se que o ato que autorizou a contratação direta foi divulgado em jornais de grande circulação na localidade, além de ter sido mantido, à disposição do público, por 30 dias em sítio eletrônico oficial. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei n o 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir. I. Muito embora, no caso apresentado, se admita a contratação direta, ela deveria ter sido efetivada por meio da inexigibilidade de licitação, não sendo caso de licitação dispensável. II. Como o ato que autorizou a contratação direta foi divulgado em jornais de grande circulação na localidade, dispensa-se a sua manutenção, à disposição do público, por mais de30 dias em sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de eventual pedido de acesso à informação a ser formulado por qualquer interessado. III. Caso se caracterize contratação direta indevida, ocorrida com dolo, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis. Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II e III, apenas.

Questão 76

Um Município abriu licitação para a aquisição de equipamentos de informática. Às vésperas da sessão, a comissão de contratação decidiu, sem qualquer previsão no edital, examinar os documentos de habilitação de todos os licitantes antes do julgamento das propostas, por entender que isso evitaria aventureiros. Decidiu também realizar a sessão na forma presencial, sem apresentar justificativa, e registrá-la apenas em ata, sem gravação.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

(A) a inversão de fases é vedada em qualquer hipótese, e a forma presencial é livre escolha da comissão, bastando o registro da sessão em ata.

(B) a habilitação antes do julgamento é a ordem legal das fases, e a forma presencial depende apenas de previsão no edital, dispensada a gravação.

(C) a inversão de fases exige ato motivado e previsão no edital, e a forma presencial depende de motivação, com sessão registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

(D) a inversão de fases exige ato motivado e previsão no edital, e a forma presencial depende de motivação, sendo a gravação em áudio e vídeo facultativa.

(E) a inversão de fases depende de autorização do Tribunal de Contas, e a forma presencial é a regra, admitida a eletrônica mediante justificativa.

Questão 77

Durante operação policial em uma comunidade, houve intenso tiroteio entre policiais e criminosos, e Mateus, morador que voltava do trabalho, foi atingido por um projétil e morreu. A perícia foi inconclusiva quanto à origem do disparo. A família de Mateus pretende ajuizar ação indenizatória contra o Estado e, na mesma ação, contra o policial que comandava a equipe.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) o Estado só responde se a família provar que o disparo partiu da arma de um policial, o que a perícia inconclusiva não permite demonstrar.

(B) o Estado responde objetivamente, cabendo-lhe provar excludente, a perícia inconclusiva não afasta por si só o dever de indenizar, e o policial não pode ser réu da ação.

(C) o Estado responde objetivamente, e a família pode demandar, na mesma ação e em litisconsórcio, o policial que comandava a equipe, por responsabilidade solidária.

(D) a responsabilidade do Estado é subjetiva, por se tratar de omissão na proteção da população, exigindo-se prova de culpa do serviço policial.

(E) o tiroteio com criminosos caracteriza fato de terceiro presumido, que afasta a responsabilidade do Estado, salvo prova em contrário da família.

Questão 78

O Município Alfa editou lei municipal criando cargos em comissão no âmbito da Administração Pública municipal. Em determinado processo judicial, a citada legislação foi objeto de questionamento no que tange à sua constitucionalidade. Sabe-se que a criação de cargos em comissão somente se justifica quando presentes os pressupostos constitucionais para sua instituição. Dessa forma, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao analisar a constitucionalidade da citada legislação do Município Alfa, o julgador deve observar que:

(A) a criação e o preenchimento de cargos em comissão não pressupõem necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;

(B) as atribuições dos cargos em comissão devem estar elencadas em ato normativo infralegal, não havendo necessidade de descrição, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir;

(C) a criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, ou o desempenho de atividades técnicas ou operacionais de estratégica relevância;

(D) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar;

(E) os cargos em comissão são preenchidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Questão 79

Durante a execução de contrato de fornecimento celebrado com uma secretaria estadual, verificou-se que a empresa Delta Ltda. havia apresentado, na licitação, atestado de capacidade técnica falso. Instaurado o processo de responsabilização, com defesa assegurada à empresa, a comissão processante concluiu pela gravidade da infração e recomendou a sanção mais severa prevista na lei.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a sanção recomendada

(A) é a declaração de inidoneidade, de competência exclusiva do secretário estadual, e impede licitar e contratar com todos os entes por três a seis anos.

(B) é a declaração de inidoneidade, aplicada pelo pregoeiro ou pelo agente de contratação que conduziu o certame.

(C) é a declaração de inidoneidade, que impede licitar e contratar com todos os entes federativos pelo prazo de dois a cinco anos.

(D) é o impedimento de licitar e contratar, que alcança apenas a Administração do Estado e tem prazo máximo de três anos.

(E) pode ser aplicada sem processo prévio, pois a falsidade documental é infração evidente, que dispensa defesa da empresa.

Questão 80

A empresa Ômega presta serviço contínuo de limpeza nas delegacias de uma região do Estado. Há 75 dias, contados da emissão das notas fiscais, a Administração não paga as faturas mensais, sem qualquer justificativa e sem que a empresa tenha dado causa ao atraso. Não há situação de calamidade pública, guerra ou grave perturbação da ordem interna. A empresa avalia suas alternativas.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a empresa

(A) tem direito à extinção do contrato ou pode optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até a normalização da situação.

(B) deve continuar executando o contrato até que o atraso supere 90 dias, quando então poderá suspender o serviço, independentemente de outras providências.

(C) deve continuar executando o contrato, pois o princípio da continuidade do serviço público impede a invocação da exceção do contrato não cumprido.

(D) só pode obter a extinção do contrato por decisão judicial, pois a lei não admite a extinção por iniciativa do contratado na via administrativa.

(E) tem direito à extinção do contrato, mas não pode suspender suas obrigações, porque a suspensão só cabe se houver previsão expressa no contrato.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 81

Na pauta da próxima sessão do Conselho Superior de Polícia da Polícia Civil do Paraná, consta o julgamento de procedimento disciplinar instaurado contra um Delegado de Polícia. O conselheiro eleito como representante das carreiras de base, agente de polícia judiciária com formação jurídica, comunicou que pretende votar no julgamento e que, ao fim de seu mandato, deseja concorrer novamente para o mandato seguinte. Na mesma sessão, discutiu-se a possibilidade de destituição de conselheiros.

Considerando a Lei estadual nº 23.213/2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), é correto afirmar que

(A) o representante das carreiras de base não participará do julgamento disciplinar do Delegado, e seu mandato é de dois anos, vedada a reeleição para o mandato subsequente.

(B) o representante das carreiras de base participa de todos os julgamentos disciplinares do Conselho, pois é membro com direito a voto em todas as matérias.

(C) o representante das carreiras de base não participará do julgamento do Delegado, e seu mandato é de quatro anos, permitida uma única reeleição.

(D) o Corregedor-Geral, como os demais conselheiros, pode ser destituído do Conselho por deliberação fundamentada da maioria absoluta de seus integrantes.

(E) a destituição de conselheiro eleito depende de decisão do Governador do Estado, ouvido previamente o Conselho Superior de Polícia.

Questão 82

Mariana foi nomeada para o cargo de Delegado de Polícia da Polícia Civil do Paraná e pretende tomar posse apenas ao fim de compromissos profissionais que se estenderão por cerca de 45 dias após a publicação do ato de nomeação. Após a posse, ela deseja assumir imediatamente a presidência de inquéritos na unidade em que for lotada.

Considerando a Lei Complementar estadual nº 259/2023, com as alterações da Lei Complementar nº 285/2025, analise as afirmativas a seguir.

I. A posse deve ocorrer em trinta dias da publicação do ato de provimento, prorrogáveis uma vez por igual período, mediante requerimento da interessada e a juízo da autoridade competente; não ocorrendo a posse no prazo, a nomeação torna-se sem efeito.

II. Enquanto não concluir o curso de formação técnico-profissional específico, Mariana não poderá exercer qualquer ato relacionado à atividade-fim, como presidir inquérito ou lavrar auto de prisão em flagrante.

III. A reprovação de Mariana em uma das disciplinas do curso de formação poderá ser compensada pela aprovação nas demais, desde que alcançada a média geral exigida no regulamento.

IV. A matrícula de Mariana no curso de formação será realizada por ato do Conselho Superior de Polícia, após a entrada em exercício na unidade de lotação.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) I, II e III, apenas.
(E) I, II e IV, apenas.

Questão 83

Um grupo de candidatos aprovados no concurso para Delegado de Polícia discutiu, durante o curso de formação, as regras da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis sobre ingresso, formação e garantias funcionais.

Considerando a Lei federal nº 14.735/2023, analise as afirmativas a seguir.

I. Os concursos para o cargo de delegado de polícia devem adotar a prova oral como etapa do certame, assegurados critérios objetivos para a aferição da nota, sistema de auditoria e recurso individualizado quanto ao gabarito e ao resultado provisório.

II. Durante o curso de formação profissional de caráter eliminatório, pode ser concedida ajuda de custo não inferior a 50% da remuneração prevista para a classe inicial do cargo, na forma da lei do ente federativo.

III. O servidor que pedir exoneração antes de completar três anos de exercício deve ressarcir ao erário, integralmente e independentemente do tempo de serviço prestado, os gastos com a sua formação.

IV. É garantido à policial civil o retorno e a permanência na mesma lotação durante seis meses após o retorno da licença-maternidade.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I, II e IV, apenas.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Questão 84

Três funcionários civis do Estado do Paraná, regidos pela Lei estadual nº 6.174/1970, enfrentaram situações distintas. Sônia tomou posse em 2 de março e ainda não entrou em exercício, pretendendo pedir mais prazo. Caio foi removido para outra unidade na mesma sede em que já trabalhava. Tadeu foi transferido para outra sede quando se encontrava em licença, que terminará no fim do mês. Um quarto funcionário, Wilson, deixou de comparecer ao serviço, sem amparo legal, por trinta dias seguidos.

Considerando a Lei estadual nº 6.174/1970, é correto afirmar que

(A) Sônia tem trinta dias da posse para entrar em exercício, prorrogáveis por até trinta dias a pedido, e Caio deve assumir a nova unidade em oito dias.
(B) Sônia tem quinze dias da posse para entrar em exercício, prorrogáveis por igual período, e Caio deve assumir a nova unidade em oito dias.
(C) Tadeu deve entrar em exercício na nova sede no prazo de trinta dias contados da publicação do ato, ainda que esteja em licença.
(D) Wilson não poderá ser demitido, pois a interrupção do exercício por trinta dias gera apenas a suspensão do pagamento dos vencimentos.
(E) Sônia, se não entrar em exercício no prazo, terá a nomeação tornada sem efeito, pois a posse ainda não produziu efeitos funcionais.

Questão 85

Lúcio, agente de polícia judiciária estável, foi notificado de que é investigado em investigação preliminar por transgressão disciplinar punível com repreensão, que causou pequeno dano material à Administração. Ele não está cumprindo pena de suspensão, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta há três anos, integralmente cumprido, e comprometeu-se a ressarcir o dano. Oito dias úteis após a notificação, Lúcio requereu a celebração de novo Termo de Ajustamento de Conduta.

Considerando a Lei estadual nº 21.894/2024 (Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná), é correto afirmar que

(A) o termo é incabível, pois Lúcio firmou outro Termo de Ajustamento de Conduta nos últimos cinco anos.
(B) o termo é cabível, mas deve ser celebrado pelo Conselho Superior de Polícia, após parecer do Corregedor-Geral.
(C) o termo é cabível, celebrado pelo Corregedor-Geral, e não implica confissão nem constará da certidão de antecedentes disciplinares.
(D) o termo é cabível, mas importa confissão dos fatos e constará da certidão de antecedentes, para fins de reincidência.
(E) o termo é incabível, pois só se admite em transgressões punidas com repreensão que não tenham causado dano à Administração.

Questão 86

Em inquérito sobre estelionatos, Marcos, indiciado, apresentou carteira de identidade com rasura no campo da data de nascimento. Tiago, outro indiciado, apresentou documento íntegro e suficiente, mas o delegado de polícia entendeu que a identificação criminal dele seria essencial às investigações, porque testemunhas descreviam o autor por traços que só a comparação fotográfica permitiria confirmar. Meses depois, o inquérito foi definitivamente arquivado quanto a Marcos, que pretende retirar sua fotografia dos autos.

Considerando a Lei nº 12.037/2009, é correto afirmar que

(A) a identificação criminal de Tiago pode ser determinada pelo próprio delegado, por despacho fundamentado, pois é essencial às investigações.

(B) Marcos pode ser identificado criminalmente pela rasura no documento, e, arquivado o inquérito, pode requerer a retirada da identificação fotográfica, provando sua identificação civil.

(C) Marcos pode ser identificado criminalmente, e a retirada da identificação fotográfica ocorrerá de ofício com o arquivamento, sem necessidade de requerimento.

(D) a identificação criminal de Marcos poderá constar de atestados de antecedentes, pois a rasura no documento indica tentativa de fraude.

(E) todo indiciado deve ser identificado criminalmente, independentemente da apresentação de documento, como providência obrigatória do inquérito.

Questão 87

João, brasileiro com vinte anos de idade e que jamais solicitara o seu alistamento eleitoral, requereu, à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado Alfa, informações a respeito de auditoria realizada pelo órgão competente de controle interno nas contratações realizadas pelo órgão. Acresça-se que, no bojo desse requerimento, João não indicou a finalidade em que essas informações seriam utilizadas. À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que o requerimento de João deve ser

(A) indeferido, pois as informações solicitadas são exclusivas para o uso interno.

(B) indeferido, pois somente o cidadão pode ter acesso às informações almejadas.

(C) indeferido, já que não foi declinada em que finalidade as informações seriam utilizadas.

(D) deferido, sendo irrelevante o fato de João não ser cidadão e de não indicar a finalidade das informações.

(E) deferido, desde que João, após a devida provocação, indique em que finalidade as informações serão utilizadas.

Questão 88

Em um plantão, ocorreram três interrogatórios. Diogo, preso às 22h em cumprimento de mandado de prisão preventiva, foi interrogado pelo delegado à 1h da madrugada, sem ter consentido em prestar declarações naquele horário. Hugo, preso em flagrante às 2h, foi interrogado logo em seguida. Ivan, no início do interrogatório, disse que só falaria na presença de seu advogado, mas o delegado prosseguiu com as perguntas sem a presença do defensor.

Considerando a Lei nº 13.869/2019, presente a finalidade específica exigida pela lei, é correto afirmar que

(A) os três interrogatórios configuram abuso de autoridade, pois é vedado em qualquer hipótese o interrogatório policial durante o repouso noturno.

(B) os interrogatórios de Diogo e de Ivan podem configurar abuso de autoridade, mas o de Hugo é permitido, por se tratar de preso em flagrante.

(C) apenas o interrogatório de Ivan configura abuso de autoridade, pois o interrogatório noturno do preso é permitido sempre que houver prisão decretada.

(D) os interrogatórios de Diogo e de Hugo configuram abuso de autoridade, mas o de Ivan não, pois a assistência de advogado no inquérito é facultativa.

(E) nenhum dos interrogatórios configura abuso de autoridade, pois os crimes da lei só se aplicam a atos praticados no curso do processo judicial.

Questão 89

Na Polícia Civil do Paraná, ocorreram três situações. Juliana, agente de polícia judiciária lotada em Curitiba, retornou há quatro meses da licença-maternidade e foi removida por interesse da Administração para Cascavel. Pedro, papiloscopista, foi removido a pedido para Maringá, mudou de domicílio e requereu ajuda de custo, embora a tenha recebido há um ano, por outra remoção a pedido. Rafael, recém-removido, passou a trabalhar sob as ordens de seu irmão, delegado titular de uma unidade, embora exista outra unidade policial no mesmo município.

Considerando a Lei Complementar estadual nº 259/2023, com as alterações posteriores, é correto afirmar que

(A) a remoção de Juliana é vedada, e Pedro faz jus à ajuda de custo, que é devida em toda remoção

com mudança de domicílio, sem limite temporal.

(B) a remoção de Juliana é válida, pois a vedação legal alcança apenas a remoção a pedido de gestantes e lactantes, e Pedro faz jus à ajuda de custo.

(C) a remoção de Juliana por interesse da Administração é vedada, e Pedro não faz jus a nova ajuda de custo antes de completado o intervalo mínimo de dois anos.

(D) Rafael pode trabalhar sob as ordens do irmão, desde que o Delegado-Geral autorize, ainda que exista outra unidade policial no município.

(E) Pedro faz jus à ajuda de custo, mas deverá comprovar a mudança de residência em até trinta dias da publicação da portaria de remoção.

Questão 90

Gilda, funcionária civil do Estado do Paraná, sofreu grave lesão na coluna que reduziu sua eficiência para as funções do cargo, que exigem esforço físico intenso. A chefia pretende readaptá-la, de ofício, em cargo de nível inferior, com atribuições administrativas. Gilda teme perder parte da remuneração e questiona como o processo deve ser iniciado.

Considerando a Lei estadual nº 6.174/1970, é correto afirmar que

(A) a readaptação só pode ocorrer a pedido de Gilda, e, sendo em cargo de nível inferior, ela passará a receber o vencimento do novo cargo.

(B) a readaptação pode ocorrer de ofício, mas, por se fundar em modificação do estado físico, depende de prévia sentença judicial que ateste a incapacidade.

(C) a readaptação pode ocorrer de ofício, iniciada por laudo de junta médica oficial, e não acarretará redução dos vencimentos e vantagens de Gilda.

(D) não cabe readaptação, pois a modificação do estado físico que reduz a eficiência impõe a aposentadoria por invalidez de Gilda.

(E) a readaptação pode ocorrer de ofício, e a redução dos vencimentos é admitida, desde que limitada a um terço da remuneração anterior.

Direitos Humanos

Questão 91

Entidades de defesa de direitos humanos denunciaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a situação de presos em um estabelecimento prisional brasileiro, onde surtos de doenças infecciosas e episódios de violência vinham provocando mortes. O caso ainda não foi submetido à Corte Interamericana. Diante do risco de danos irreparáveis às pessoas presas, discute-se a adoção de medidas urgentes no âmbito do sistema interamericano.

Considerando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que

(A) a Corte poderá adotar medidas provisórias, desde que o Estado brasileiro tenha esgotado previamente os recursos da jurisdição interna.

(B) a Corte poderá adotar medidas provisórias a pedido das próprias entidades peticionárias, que podem provocá-la diretamente nos casos urgentes.

(C) a Corte só pode adotar medidas provisórias nos casos já submetidos ao seu conhecimento, mediante provocação de algum Estado-parte.

(D) a Comissão, por não ser órgão jurisdicional, não pode solicitar medidas à Corte, devendo limitar-se a formular recomendações ao Estado.

(E) a Corte poderá adotar medidas provisórias, diante da extrema gravidade e urgência, a pedido da Comissão, ainda que o caso não lhe tenha sido submetido.

Questão 92

O sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos envolve um conjunto de normas importantes para dar cabo a tal desiderato. Regramento vital é a Convenção Americana sobre Direitos Humanos que traz dois atores competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes nessa Convenção. A Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta de sete juízes, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais ou do Estado que os propuser como candidatos. Quanto aos efeitos das decisões da mencionada Corte, é correto afirmar que:

(A) não é dado à Corte reconhecer o pagamento de indenização à parte lesada, muito embora seja possível reconhecer a violação a direitos previstos na Convenção;

(B) é facultativo ao Estado-Parte do caso submetido à Corte o cumprimento das decisões, porque esta exerce apenas e tão somente função consultiva à Comissão Interamericana de Direitos Humanos;

(C) é possível que a Corte determine a reforma da legislação ordinária do Estado-Parte, mas jamais a mudança da respectiva Constituição, porquanto só se permite a análise das normas infraconstitucionais;

(D) é conferido à Corte, dentre seus atributos, nulificar ou mesmo derrogar normas internas de Estados-Partes, não estando em sua prática a declaração de não aplicação de normas com efeito erga omnes para todos os poderes públicos;

(E) existe força obrigatória dos precedentes da Corte, o que significa haver eficácia vinculante dos fundamentos determinantes das suas decisões, fazendo com que os juízes do Estado subscritor da Convenção se submetam à interpretação da Corte em relação à Convenção.

Questão 93

Pedro, recém-empossado como Prefeito do Município Alfa , que tinha entre os seus compromissos a maximização de todas as iniciativas municipais destinadas à defesa da pessoa idosa, solicitou que um assessor explicasse o nível de influência do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDDPI) nas decisões que ele, Chefe do Poder Executivo, decidisse adotar. O assessor explicou corretamente que, à luz da Política Nacional do Idoso, o CMDDPI

(A) configura um fórum de debates, que irá subsidiar as decisões do Chefe do Poder Executivo municipal e a sua avaliação da política nacional do idoso.

(B) seguirá as determinações do Chefe do Poder Executivo municipal, desde que se mantenham adstritas à política nacional do idoso.

(C) é um órgão permanente e deliberativo que, entre outras competências, deve avaliar a política nacional do idoso no âmbito da instância político-administrativa municipal.

(D) irá atuar, em razão do caráter nacional da política do idoso, como longa manus do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, de modo concorrente com o Chefe do Poder Executivo municipal.

(E) é exemplo de descentralização administrativa, devendo definir a política municipal do idoso a ser observada pelo Chefe do Poder Executivo no exercício de suas atividades privativas, que abrangem os momentos de execução e de avaliação.

Questão 94

Joana, presa provisória, entrou em trabalho de parto na carceragem e foi levada ao hospital por policiais. Um dos policiais propôs mantê-la algemada ao leito durante o trabalho de parto e no período imediatamente posterior, alegando que Joana já havia tentado fugir em outra ocasião e que haveria justificativa escrita da excepcionalidade. Semanas depois, já lactante, Joana cometeu falta disciplinar, e a direção da unidade cogitou aplicar-lhe isolamento.

Considerando as Regras de Bangkok e o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) é vedado o uso de algemas durante o trabalho de parto e no puerpério imediato, e o isolamento disciplinar não deve ser aplicado a mulher lactante.

(B) o uso de algemas durante o parto é admitido se houver justificativa escrita da excepcionalidade, nos termos da Súmula Vinculante 11.

(C) é vedado o uso de algemas durante o parto, mas o isolamento disciplinar da lactante é admitido, pois a falta é posterior ao parto.

(D) as Regras de Bangkok são tratado internacional ratificado pelo Brasil, com status de emenda constitucional, que vincula diretamente o juiz.

(E) a vedação ao uso de algemas vale apenas durante o parto propriamente dito, admitindo-se a contenção durante o trabalho de parto.

Questão 95

Clara, de 25 anos, tem deficiência intelectual moderada e pretende casar-se com o namorado e ter filhos. A mãe de Clara procurou a delegacia afirmando que a filha seria “incapaz” e anunciou que pedirá ao juiz a curatela total de Clara, inclusive para impedir o casamento e autorizar sua esterilização. O delegado de polícia, ao orientar a família, consultou a legislação aplicável.

Considerando a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é correto afirmar que

(A) a curatela poderá alcançar todos os atos da vida civil de Clara, inclusive o casamento, se o laudo indicar deficiência intelectual moderada.

(B) a esterilização de Clara pode ser autorizada judicialmente a pedido da mãe, se demonstrado que a gravidez traria riscos à sua autonomia.

(C) Clara pode casar-se, mas o casamento depende do assentimento de sua mãe, que exerce a representação legal da filha com deficiência.

(D) a deficiência não afeta a capacidade de Clara para casar e decidir sobre filhos, e eventual curatela alcançará apenas atos patrimoniais e negociais.

(E) a deficiência não afeta a capacidade de Clara para casar, mas a decisão sobre ter filhos depende de avaliação da equipe multiprofissional.

Ciências Forenses

Questão 96

Após incêndio em um veículo, foi encontrado um cadáver carbonizado, com destruição das polpas digitais. Os familiares de um desaparecido apresentaram à polícia o prontuário odontológico dele, com radiografias e registros de restaurações, próteses e ausências dentárias. Em outro caso, peritos precisaram estimar a idade de uma criança cujo corpo foi encontrado sem documentos.

Considerando os fundamentos da odontologia legal, é correto afirmar que

(A) os dentes, por serem pouco resistentes ao calor, raramente se prestam à identificação de corpos carbonizados.

(B) a odontologia legal serve apenas para estimar idade e sexo, sendo incapaz de identificar positivamente o cadáver sem exame de DNA.

(C) a identificação odontolegal se faz pela comparação de registros, mas a estimativa de idade é mais precisa em adultos que em crianças.

(D) a identificação odontolegal se faz pela comparação dos registros ante mortem com os achados post mortem, e a estimativa de idade é mais precisa em crianças.

(E) a identificação de cadáver carbonizado deve ser feita exclusivamente por papiloscopia, método de maior valor em qualquer situação.

Questão 97

Em exame de corpo de delito, o perito descreveu, na região frontal da vítima, ferida de bordas irregulares, escoriadas e equimóticas, com pontes de tecido íntegro unindo as margens no fundo da lesão. No antebraço, descreveu outra ferida, mais extensa que profunda, de bordas regulares, sem pontes de tecido, com cauda de escoriação em uma das extremidades.

Considerando a traumatologia forense, é correto afirmar que as lesões descritas foram produzidas, respectivamente, por instrumento

(A) cortante e contundente, pois as pontes de tecido indicam a ação de gume afiado sobre a pele.

(B) cortocontundente e perfurante, pois as duas feridas apresentam bordas escoriadas e equimóticas.

(C) perfurocortante e cortante, pois a ferida frontal tem profundidade maior que a extensão.

(D) contundente e cortante, pois a ferida contusa tem pontes de tecido e a incisa tem bordas regulares.

(E) contundente e perfurocontundente, pois a cauda de escoriação é típica dos projéteis de arma de fogo.

Questão 98

Em perícia de crime sexual, a médica-legista constatou que a vítima, adolescente, apresentava hímen íntegro, de tipo complacente, e identificou espermatozoides no conteúdo vaginal colhido. Em outro exame, envolvendo outra vítima, foram observadas fendas na borda livre do hímen, simétricas e que não atingiam a borda de inserção.

Considerando a sexologia forense, é correto afirmar que

(A) no primeiro caso, o hímen íntegro exclui a conjunção carnal, e a presença de espermatozoides indica apenas contato externo.

(B) no primeiro caso, a conjunção carnal só pode ser comprovada pela rotura himenal, e o hímen complacente impede esse diagnóstico.

(C) no primeiro caso, há prova de conjunção carnal, e, no segundo, as fendas descritas são compatíveis com entalhes congênitos, e não com roturas.

(D) no primeiro caso, há prova de conjunção carnal, e, no segundo, as fendas descritas são roturas antigas, típicas de conjunção carnal.

(E) no segundo caso, as fendas indicam rotura recente, pois as roturas himenais nunca atingem a borda de inserção.

Questão 99

Policiais encontraram um cadáver em decúbito dorsal, no chão de um apartamento. Durante o exame do local, o perito verificou que os livores de hipóstase estavam fixos e localizados na face anterior do tronco e dos membros, e não se alteravam à digitopressão; não havia livores nas regiões posteriores do corpo, que estavam em contato com o chão.

Considerando a tanatologia forense, é correto afirmar que

(A) os achados indicam que o corpo permaneceu em decúbito ventral até a fixação dos livores e foi depois mudado de posição.

(B) os livores se formam nas regiões em contato com o solo, de modo que o achado confirma que o corpo não foi movimentado.

(C) a localização anterior dos livores é sinal de morte por asfixia, independentemente da posição em que o corpo permaneceu.

(D) os livores fixos se deslocam livremente com a mudança de posição do corpo, de modo que o achado não traz informação útil.

(E) a ausência de livores nas regiões posteriores indica que a morte ocorreu há poucos minutos, antes da formação dos livores.

Questão 100

Em investigação de homicídio, o perfil genético de STR autossômicos obtido de sangue encontrado na cena do crime coincidiu integralmente com o perfil de Breno. A defesa informou que Breno tem um irmão gêmeo univitelino (monozigótico), Bernardo, e sustentou que o exame de DNA não permitiria saber qual dos dois deixou o vestígio. No mesmo local, foram coletados fragmentos de impressões papilares.

Considerando os fundamentos da genética forense e da identificação humana, é correto afirmar que

(A) a análise do DNA mitocondrial permitiria distinguir Breno de Bernardo, pois esse marcador é herdado de forma diferente por cada gêmeo.

(B) a análise de STR do cromossomo Y permitiria distinguir os irmãos, pois cada um recebe um cromossomo Y diferente do pai.

(C) o perfil de STR autossômicos não distingue os gêmeos, e as impressões papilares deles também são idênticas, sem valor para diferenciá-los.

(D) o perfil de STR autossômicos distingue os gêmeos monozigóticos, pois cada indivíduo tem um perfil genético único e irrepetível.

(E) o perfil de STR autossômicos não distingue os gêmeos monozigóticos, mas as impressões papilares deles são distintas e podem auxiliar na individualização.

Folha de respostas

Código PCPR-DL-0607-BC2C · preencha a bolinha da alternativa escolhida

	A	B	C	D	E		A	B	C	D	E		A	B	C	D	E		A	B	C	D	E
01	○	○	○	○	○	26	○	○	○	○	○	51	○	○	○	○	○	76	○	○	○	○	○
02	○	○	○	○	○	27	○	○	○	○	○	52	○	○	○	○	○	77	○	○	○	○	○
03	○	○	○	○	○	28	○	○	○	○	○	53	○	○	○	○	○	78	○	○	○	○	○
04	○	○	○	○	○	29	○	○	○	○	○	54	○	○	○	○	○	79	○	○	○	○	○
05	○	○	○	○	○	30	○	○	○	○	○	55	○	○	○	○	○	80	○	○	○	○	○
06	○	○	○	○	○	31	○	○	○	○	○	56	○	○	○	○	○	81	○	○	○	○	○
07	○	○	○	○	○	32	○	○	○	○	○	57	○	○	○	○	○	82	○	○	○	○	○
08	○	○	○	○	○	33	○	○	○	○	○	58	○	○	○	○	○	83	○	○	○	○	○
09	○	○	○	○	○	34	○	○	○	○	○	59	○	○	○	○	○	84	○	○	○	○	○
10	○	○	○	○	○	35	○	○	○	○	○	60	○	○	○	○	○	85	○	○	○	○	○
11	○	○	○	○	○	36	○	○	○	○	○	61	○	○	○	○	○	86	○	○	○	○	○
12	○	○	○	○	○	37	○	○	○	○	○	62	○	○	○	○	○	87	○	○	○	○	○
13	○	○	○	○	○	38	○	○	○	○	○	63	○	○	○	○	○	88	○	○	○	○	○
14	○	○	○	○	○	39	○	○	○	○	○	64	○	○	○	○	○	89	○	○	○	○	○
15	○	○	○	○	○	40	○	○	○	○	○	65	○	○	○	○	○	90	○	○	○	○	○
16	○	○	○	○	○	41	○	○	○	○	○	66	○	○	○	○	○	91	○	○	○	○	○
17	○	○	○	○	○	42	○	○	○	○	○	67	○	○	○	○	○	92	○	○	○	○	○
18	○	○	○	○	○	43	○	○	○	○	○	68	○	○	○	○	○	93	○	○	○	○	○
19	○	○	○	○	○	44	○	○	○	○	○	69	○	○	○	○	○	94	○	○	○	○	○
20	○	○	○	○	○	45	○	○	○	○	○	70	○	○	○	○	○	95	○	○	○	○	○
21	○	○	○	○	○	46	○	○	○	○	○	71	○	○	○	○	○	96	○	○	○	○	○
22	○	○	○	○	○	47	○	○	○	○	○	72	○	○	○	○	○	97	○	○	○	○	○
23	○	○	○	○	○	48	○	○	○	○	○	73	○	○	○	○	○	98	○	○	○	○	○
24	○	○	○	○	○	49	○	○	○	○	○	74	○	○	○	○	○	99	○	○	○	○	○
25	○	○	○	○	○	50	○	○	○	○	○	75	○	○	○	○	○	100	○	○	○	○	○

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.